

INTRODUÇÃO AO VOLUME III

EDUARDO LOURENÇO,
habitante da aventura poética

I. Gênese

Esse tal futuro (próximo?) livro tratará justamente de Tempo e Poesia. Como sendo 'tempo e nada mais que tempo' dentro dele operamos ou se opera aquela conversão ou transfiguração que melhor do que todas imita a ilusória e necessária eternidade de que cada um precisa para acreditar que existe? Nisso se resume para mim a Poesia, triunfo (precário) do tempo dentro do tempo. E disso ou em torno disso falará o futuro ensaio.

EDUARDO LOURENÇO (Diário de Notícias, Abril de 1971)

O livro *Tempo e Poesia*, de Eduardo Lourenço, foi publicado em 1974 e representa um marco no ensaísmo português, constituindo-se como obra de referência para a leitura de poesia. Ainda que grande parte dos ensaios já tivesse sido dada a conhecer em publicações periódicas, a perspectiva oferecida pela reunião destes textos em livro permitiu ver melhor a sua novidade absoluta no nosso panorama literário e cultural. Trata-se de um momento alto (a par da publicação de *Pessoa Revisitado*, com saída próxima no tempo, no ano anterior) na consolidação de um nome que, no final da década de 40, com a publicação de *Heterodoxia*, começara a chamar a atenção de um número restrito de leitores.

O presente conjunto de textos, publicados no âmbito do plano das *Obras Completas de Eduardo Lourenço*, da Fundação Calouste Gulbenkian, representa, em meu entender, a mais importante obra sobre poesia alguma vez editada em Portugal.

Se o volume agora dado a conhecer revela materialmente uma espessura distinta da do livro saído em 1974, essa extensão só aparentemente provocará estranheza aos leitores que vão acompanhando a produção do autor sobre esta matéria. Apesar de as mais imediatas instâncias de recepção crítica não terem dado conta da relevância do volume (os focos de atenção dominantes no período pós-revolucionário eram outros), *Tempo e Poesia* tornou-se uma espécie de livro de culto.

Centremo-nos, pois, na edição de 1974. Este volume reflecte um procedimento dominante de organização das obras pelo seu autor: o formato da compilação. Talvez *Tempo e Poesia* seja um dos exemplos mais eloquentes do modo como se processa essa tendência organizadora. Escrevendo maioritariamente sob solicitação, em diversas

frentes e sobre assuntos diversos, para jornais, revistas, prefácios, Eduardo Lourenço adopta em geral critérios temáticos de semelhança, ao seleccionar os textos e ao arrumá-los em livro. Recorde-se a justeza intituladora, quando uma das suas recolhas escapou a um princípio unificador e recebeu precisamente o nome *Ocasionais I* (1984).

Numa entrevista, sublinhou o procedimento prevalecente que o leva aos livros: “Todos os meus livros são de circunstância, ou antes, são-me impostos. De resto já só escrevo de empreitada: fulano vai fazer uma conferência a tal parte, é preciso que eu escreva, eu escrevo. Senão não escrevia nada. Nunca teria escrito nenhum destes textos” (entrevista por Inês Pedrosa, *Jornal de Letras*, Lisboa, 6 de Dezembro de 1986). Existem, ainda, motivações e circunstancialismos de outra ordem, embora minoritários, e que comandam outro tipo de participações, concretamente na imprensa, como é o caso de artigos que foram propostos pelo autor a jornais, motivados com frequência pelo impulso de resposta ou pela investida polemizadora.

Curiosamente há dois livros que de alguma forma se ligam a *Tempo e Poesia* e que são os raros exemplos que contraditam o princípio propulsor da escrita comandada pela encomenda. Refiro-me a *Sentido e Forma da Poesia Neo-Realista* (1968) e a *Pessoa Revisitado* (1973), redigidos totalmente fora do circuito da solicitação. Tanto um livro como o outro foram motivados por fundas razões pessoais; o primeiro resultou de um impulso, uma forma de resolver uma questão pessoal (com um dos poetas tratados no livro, o amigo Carlos de Oliveira); o segundo é um livro de uma urgência também pessoal. As datas da publicação destas obras estão muito próximas das datas que balizam a demorada reunião em livro dos ensaios de *Tempo e Poesia*.

No final do prefácio a esse volume encontramos a seguinte referência espaço-temporal: “Nice, Março de 1969/Março de 1973”. A indicação de um período preciso de quatro anos (de Março a Março) inscrita na instância prefacial pode ser corroborada por elementos que confirmam aspectos relevantes do processo da génese do livro, como por exemplo cartas do editor e de poetas sobre cujas obras o ensaísta tinha escrito ou escreveria ensaios a serem incluídos no livro (caso de Eugénio de Andrade e de António Ramos Rosa), declarações em entrevistas ou manuscritos com planos da obra.

No espólio de Eduardo Lourenço (organizado por João Nuno Morais Alçada, Biblioteca Nacional de Portugal), encontramos uma carta do editor Cruz Santos, datada de 5 de Novembro de 1968, em que este menciona uma intermediação decisiva no processo que conduzirá a este livro: Eugénio de Andrade. É o poeta, amigo de Eduardo Lourenço, quem põe em contacto ensaísta e editor e quem transmite informações relativas a um projecto de livro, a ser futuramente publicado com o título *Tempo e Poesia*. O editor acolhe a ideia da publicação de “um original seu na nossa colecção de ensaios ‘As Palavras e as Coisas’, possivelmente intitulado *Poesia e Tempo*”. Esta correspondência dá conta do modo como o tempo interferiu no processo transcorrido entre a delineação e a concretização do projecto. No ano seguinte, em carta de 19 de Junho de 1969, o editor refere que recebeu, mais uma vez por intermédio de Eugénio de Andrade, “uma parte do original destinado a *Poesia e Tempo*”

(é assim, com este título, que Cruz Santos, nesta correspondência inicial, continua a referir-se ao futuro livro de Eduardo Lourenço), acrescentando: “Aguardamos com vivo interesse a recepção da parte restante”. Ainda nesta carta, após solicitar outras colaborações, escreve o seguinte: “Consta-nos que tem em andamento um ensaio sobre Fernando Pessoa. Caso não haja qualquer outro compromisso, temos muita satisfação em propor-lhe a sua edição na nossa série ‘Civilização Portuguesa’, que está hoje bem lançada com o êxito de ‘Inquisição e Cristãos-Novos’ de António José Saraiva”. As cartas são representativas das etapas que levam à efectivação do livro. Em 1970, numa nota a uma carta-circular (13 de Fevereiro) relativa a um volume colectivo de artigos sobre Eugénio de Andrade (que viria a sair em 1971, na Editorial Inova, com o título *21 Ensaaios sobre Eugénio de Andrade*), o editor reporta-se a um texto de Lourenço para integrar o referido volume, como pertencente ao livro por ele referido sob o nome “Poesia e Tempo”. No início de 1973 (18 de Janeiro), Cruz Santos escreve a comunicar que o livro se encontra na tipografia. Mas aguardando a chegada do prefácio e do último ensaio, dedicado à poesia de Ramos Rosa... A indicação da gráfica relativa ao fecho da impressão, apresentada no final do livro será: “Dezembro 1974”.

Contudo, como já referi, o papel decisivo para a materialização deste projecto é indiscutivelmente o da presença instigadora de Eugénio de Andrade. A correspondência enviada pelo poeta a Eduardo Lourenço mostra como em vários períodos se manifesta essa instigação. Destaco dois momentos: um mais recuado que se relaciona com a escrita de um prefácio de Eduardo Lourenço para uma antologia de poemas (na editora Delfos, em 1961), texto que posteriormente será integrado em *Tempo e Poesia*, e o momento que se reporta aos diálogos especificamente direccionados para a publicação de um livro de reunião de ensaios de poesia.

A 22 de Abril de 1959, o poeta envia uma carta para Eduardo Lourenço, que na ocasião se encontrava no Brasil, contendo um pedido: um prefácio para uma antologia (“Quer eu, quer o editor, pedimos a tua colaboração. Eu faria a escolha dos poemas, tu farias o estudo. Nenhum ensaísta português poderá falar com mais inteligência e sensibilidade dos problemas da poesia e dos meus versos”). Dois meses depois, através de nova carta de Eugénio, ficamos a saber da anuência do ensaísta. Com o agradecimento reafirma-se a confiança apresentada como inevitabilidade na escolha do nome (“De resto, se tu recusasses, muito me custaria convidar outra pessoa, pois foi a ti que escolhi desde o primeiro momento”, 23 de Junho de 1959).

Numa carta datada de 7 de Janeiro de 1960, lemos as palavras incitadoras: “Quando é que te resolves a publicar novo volume de ensaios? Fala, estátua de silêncio!” (Porto, 7 de Janeiro de 1960). Nesta altura, além do opúsculo sobre Miguel Torga, publicado em 1955, de Eduardo Lourenço apenas tinha sido editado um livro de recolha de ensaios em 1949: *Heterodoxia*. Um dos tópicos recorrentes em várias missivas é o do imperativo para que quebre o silêncio. Escreve provocadoramente, a 21 de Janeiro de 1967: “começa a ser ‘perversidade’ o silêncio *em livro* em que te man-

téns”. O que está implicado em muitas destas interpelações é a escrita prometida de textos sobre o próprio poeta, que tardam em ver a luz do dia, como se lê numa carta de 18 de Março de 1961: “E se sempre esperei o teu ensaio com impaciência agora a impaciência redobra – não me crucifiques com o teu silêncio”. Na mesma carta, antes destas palavras, encontramos um passo que merece ser relevado e que se reporta à forma como o poeta esteve sempre atento à necessidade e à importância da publicação de um livro de ensaios: “Não há uma linha tua com que depare que deixe de ler – eu que tão pouco interesse tenho pelo que por cá se vai publicando. Penso sempre invariavelmente: ‘Que raio!, quando é que o Eduardo recomeçará a publicação dos seus ensaios!’ Agora tu próprio me afirmas que tens um volume encalhado na tipografia. Porquê?, com tanta coisa excepcional que vais publicando?!”. Se este “livro encalhado na tipografia” não é o livro de ensaios sobre poesia, registre-se, daqui para a frente, a insistência e o empenho da parte de Eugénio de Andrade para que se concretize uma edição de ensaios reunidos. Nesse mesmo ano, interpela nesse sentido o ensaísta, de forma muito directa: “É preciso que comeces a juntar os teus ensaios e os envies ao editor” (1 de Novembro de 1961).

Um dos traços recorrentes, em muitas afirmações encontradas nas cartas de Eugénio de Andrade, diz respeito à leitura amplificadora que os ensaios de Eduardo Lourenço propõem. São textos sobre a poesia de um dado autor, mas são também, ou sobretudo, reflexões sobre a poesia e o poético em sentido lato. Referindo-se a “Paraíso sem Mediação”, mais do que uma vez, em momentos distanciados no tempo, sublinha essa perspectiva; a respeito da primeira parte deste ensaio, acabada de receber, escreve: “ou eu me engano muito ou tu escreveste uma das raras coisas notáveis que em português foram escritas sobre Poesia” (17 de Julho de 1961); seis anos depois, volta a repetir a mesma ideia: “(A propósito, e desculpa tanto parêntese, ainda em carta muito recente o Ramos Rosa me falava do teu ‘Paraíso sem mediação’ como do mais belo ensaio que se escreveu em Portugal sobre Poesia.)” (20 de Janeiro de 1967).

Em 1968, no meio de uma rajada de interrogações, aparece a inevitável referência a Pessoa e uma sintomática estranheza por uma notícia entretanto chegada sobre um livro de Eduardo Lourenço acabado de sair. É com ironia que atira as interrogações: “O livro que o Vergílio deveria ter prefaciado ainda está disponível? Queres editá-lo aqui? E o teu ‘Pessoa’? Falam-me de um livro teu sobre poesia neo-realista; que é isso? Poesia neo-realista? Terei entendido bem?” (9 de Julho de 1968).

Daqui para a frente, nas cartas de Eugénio de Andrade, torna-se muito nítida a função intermediadora. A 9 de Maio de 1969 é o próprio poeta que recebe um conjunto de originais do futuro livro, que por ele é encaminhado para o editor. Em várias das cartas, lembrando hipóteses de inclusão de alguns ensaios, avança mesmo com conselhos: “Há já alguns dias que recebi parte do original do teu livro, que imediatamente enviei ao editor, tendo-lhe junto o prefácio da minha Antologia, como me havias pedido em Nice. Folheei apenas os originais, já todos meus conhecidos. Lembro-te dois textos – o de Pessoa, publicado em ‘O Primeiro de Janeiro’, de que em

tempos te mandei cópia, e o que recentemente publicaste, no ‘Comércio do Porto’ sobre mim – ambos indispensáveis ao que me parece”. As interrogações sucedem-se cada vez mais focadas; a 26 de Maio deste ano, a pergunta muito concreta vai no sentido de saber quantos capítulos faltam para acrescentar: “Convinha não perderes muito tempo, para o livro sair, se possível, nos primeiros dias da próxima época”. No final do ano, num cartão postal, enviado no mês de Dezembro, a desejar as Boas Festas, dirige-se ao ensaísta como se fosse o próprio editor ou organizador do volume: “Vi o artigo sobre o Ramos Rosa. Bonito para o teu livro. E a propósito – quando vem o prefácio? Manda cópia – ou pede ao Ramos Rosa para a remeter – sem *gralhas* – do artigo para o incluirmos no volume”. E o livro tarda. Relembramos a inscrição das datas no prefácio e lemos, ainda a meio do caminho, as palavras de Eugénio de Andrade: “Quando é que acabas o prefácio ao teu volume de ensaios? Não achas que é tempo (e poesia)?” (23 de Abril de 1971).

Para lá desta correspondência, importa considerar alguns testemunhos do próprio Eduardo Lourenço, seja em entrevista, seja em notas manuscritas relativas ao livro encontradas no espólio do autor (depositado na BNP). Uma entrevista de Abril de 1971 concedida a Nelson de Matos para o *Diário de Notícias* abre justamente com a referência do jornalista a um livro que estaria para sair em breve. E é muito interessante atentarmos na resposta de Eduardo Lourenço: “O livro a que alude já deveria ter saído há três anos pelo menos. A culpa cabe-me inteira. Vou-me especializando em livros ‘póstumos’ a tudo. [...] Muitos dos ensaios que o compõem já não são inéditos no sentido comum do termo. Mas que isso não assuste o complacente editor: em Portugal tudo o que se publique com um intervalo de semanas é sempre inédito”. Pela boca do autor temos aqui um assumir dos atrasos da publicação, matizado por um registo irónico, que não deixa, contudo, de caucionar a efectiva novidade da obra futura.

Ao ineditismo apontado pelo autor não será alheia a ordenação da obra (e a ideia de livro que essa arrumação supõe). No espólio, encontram-se elementos que dão conta do processo, designadamente várias folhas com listagens de textos para serem incluídos no volume. Pode observar-se uma considerável variabilidade, no arrolamento das propostas de inclusão. Percebe-se também que estas listas foram elaboradas em momentos diversos, ao longo do tempo em que o livro foi sendo programado. Deparamos com algumas listagens apresentando um número reduzido de textos ao lado de outras bastante mais extensas.

Dentre as listas mais pequenas, há uma com a indicação de cinco ensaios apenas. Trata-se do documento mais completo relativamente aos dados bibliográficos sobre as proveniências (jornais ou publicações periódicas onde os textos foram originariamente editados); todos os ensaios desta pequena lista foram integrados no livro. Há mais duas listas breves (uma com sete referências, outra com oito) que suscitam alguma atenção, especialmente pelo facto de nelas se repetir a indicação de dois textos que acabaram por não ser incluídos no livro: “A Condição Angélica” e “Orfeu e Abraão ou a Poesia entre a Lucidez e a Fé”. A primeira referência diz respeito ao título de um

livro de Nuno de Sampayo, que seria objecto de atenção crítica por parte de Eduardo Lourenço; sobre o ensaio escrito a partir desse livro falaremos adiante. O outro ensaio referido permaneceu inédito até 2008, tendo sido publicado no n.º 22 da revista *Relâmpago*, dedicado a Eduardo Lourenço, com uma pequena variação no título.

Outra questão que merece ser relevada prende-se com o facto de as duas listas extensas apresentarem núcleos similares aos das listas reduzidas (sensivelmente os mesmos textos, com pequenas variações), e com o facto de as diferenças (o que as expande) residirem numa enumeração de nomes de poetas contemporâneos. Concretamente: Vitorino Nemésio, José Gomes Ferreira, Mário Cesariny, Casais Monteiro, Eugénio de Andrade, Jorge de Sena, José Blanc de Portugal, Sophia de Mello Breyner Andresen, Salette Tavares, Raul de Carvalho, José Terra, Alexandre O'Neill, António Maria Lisboa, Ruy Cinatti. Percebe-se que os nomes elencados constituem reenvios para textos já existentes, para textos já iniciados e que esperam desenvolvimento e conclusão, ou para textos meramente programados. Importa sobretudo sublinhar a ideia de que nos vários documentos planificadores se deixa entrever a estrutura de base do livro assente na inclusão de ensaios sobre a poesia e o poético, textos em torno de alguns núcleos consistentes (como *Orpheu* ou *Presença*), e ainda leituras específicas dedicadas às obras de poetas contemporâneos.

Atente-se agora com mais detalhe em duas listagens. Uma delas apresentada em duas páginas com um índice das propostas de ensaios a incluir, e outra apresentada numa só página, incompletamente preenchida, com a referência às datas e às proveniências dos ensaios. Vejamos a lista das duas páginas do plano de inclusões, que está muito próxima (embora não lhe corresponda totalmente) do que viria a ser a versão final do índice do livro. Apenas três textos previstos neste sumário não entraram: “Explicação pelo Inferior”, “José Gomes Ferreira”; “A Música Atonal de Casais Monteiro”.

“Explicação pelo Inferior ou a Crítica sem Classe contra Fernando Pessoa” (um dos textos sugeridos por Eugénio de Andrade) foi posteriormente incorporado no livro *Ocasionais I* (artigo incluído no vol. II das OCEL); os outros dois não foram integrados em *Tempo e Poesia*. O ensaio “A Música Atonal de Casais Monteiro” ficou mesmo inédito à espera de um acabamento que não chegou (tendo sido revisto pelo autor para o presente volume). Refira-se ainda que um dos ensaios que aparecerá na edição de 1974 não é elencado no índice deste plano encontrado no espólio. Trata-se do ensaio dedicado a Vitorino Nemésio. Curiosamente o texto aparece referido na outra folha existente no espólio, que acima mencionei, e que funciona como apoio ao índice do livro em preparação, folha que é encimada com a indicação “Datas dos artigos de Tempo e Poesia”.

Na folha que apresenta o plano é interessante observar ainda o propósito quase didáctico (orientação para si próprio? Para o editor?) relativamente às partes constitutivas do livro:

“*Tempo e Poesia* compõe-se de duas partes ou painéis:”;

“*A Poética Mítica* compõe-se dos seguintes ensaios:”;

“Por sua vez *A Imagem no Tapete* compõe-se dos seguintes ensaios:”

A maior parte dos livros de Eduardo Lourenço compostos a partir de recolhas de ensaios anteriormente publicados obedece a uma coerência, a uma unidade e a um óbvio sentido de ordenação. Esta nota do autor sobre as partes do volume é extremamente elucidativa em relação a esse procedimento.

Convém sublinhar ainda um aspecto que dá conta do propósito organizativo do livro. O texto “Explicação pelo Inferior...” (posteriormente excluído) surgia inicialmente como um dos quatro ensaios integrantes da primeira parte “Poética Mítica”, que efectivamente irá conglobar quatro textos, mas o quarto texto que fechará esta secção, “O Irrealismo Poético ou a Poesia como Mito”, na folha de sumário existente no espólio que aqui estamos a seguir, aparecia noutra secção (“A Imagem no Tapete”) e muito apropriadamente foi deslocado para a primeira parte do livro.

Por seu turno, a folha de apoio das datações, encontrando-se incompleta (há bastantes elementos por preencher), apresenta, no entanto, uma ordenação praticamente fechada e muito próxima da listagem dos ensaios que integrarão o volume. Apenas dois não são ali nomeados: “O Irrealismo Poético ou a Poesia como Mito” e “Dialéctica Mítica da Nossa Modernidade”. Este texto, datado de 1971, manteve-se inédito e será dado a conhecer pela primeira vez no livro *Tempo e Poesia*.

É importante atentarmos no arco cronológico configurado pelas datas de publicação dos textos compilados no livro (da década de 50 à de 70). A partir dessa amplitude temporal poder-se-á acompanhar o pensamento de Eduardo Lourenço sobre o poético. A própria selecção operada pelo autor, ao retomar textos provenientes de lugares diversos, lança pistas, na medida em que essas localizações são relevantes para perspectivar o seu percurso ensaístico, sobretudo até ao início da década de 70. Os ensaios seleccionados, pertencentes a diversos tempos, oferecem uma representativa amostragem da variação e da recorrência em torno da reflexão sobre a poesia, desde o texto fundador de 1951, “Esfinge ou a Poesia”, saído na *Árvore* (revista de um grupo generacional em que o ensaísta também se inscreve), um texto alegórico de fundo recorte poético, até ao último ensaio, sobre a poética de Ramos Rosa, publicado em 1974.

A selecção e a agrupação dos ensaios incluídos no livro revelam um caminho, uma aproximação lenta, que espelha a própria via indagativa sobre a leitura de poesia.

II. Percorso

Numa das suas inumeráveis reflexões sobre o tempo, Eduardo Lourenço contrapõe a dimensão abstracta de ordem cosmológica à dimensão histórica da vivência temporal. Não é o tempo cósmico que nos interpela – “aquele onde nunca como ‘indivíduos’, a bem dizer, existimos, que de algum modo já nos viu morrer antes de nascermos” (“O Que o Tempo Traz”, prefácio a Carlos Câmara Leme, *Os Passos em Volta dos Tempos de Eduardo Lourenço*, 2014). O tempo em que existimos, o da “huma-

nidade a que pertencemos”, e que nos interroga, é outro. Lapidariamente, testemunha na primeira pessoa: “Para mim, foi o tempo encarnado, o que mal ou bem chamamos História, como se fôssemos o dono dela, que, desde jovem e para sempre, me foi a figuração real, objectiva, da mítica Esfinge” (*id.*).

Em todas as linhas vêmo-lo ligado, profundamente ligado, ao tempo em que vive. Mesmo os ensaios sobre poesia que parecem obedecer à assunção de uma perspectiva não-historicista nunca implicam uma anulação da temporalidade. A inquietude e os dilaceramentos do devir histórico e cultural, o desejo voraz de o acompanhar em múltiplas direcções, repercutem sempre nas suas páginas.

A junção de fios soltos e o seu redireccionamento para uma visão orgânica, subjacente à preparação do presente volume, permite-nos, atentando na cronologia, perspectivar a coerência extraordinária do livro e ler o percurso desenhado pela obra de Eduardo Lourenço. Podemos mesmo ler *Tempo e Poesia* (nesta sua edição alargada) como uma espécie de autobiografia intelectual: “A minha maneira de falar de mim é falar através de Fernando Pessoa, ou de outro autor com quem eu tenha afinidade. Na verdade, eu falo de mim em todos os textos: tanto me faz que seja sobre política, literatura ou qualquer outra coisa” (entrevista por Inês Pedrosa, *JL*, 1986). As pistas vão sendo oferecidas, mais ou menos ironicamente, aos hermeneutas: *Pessoa Revisitado* como romance; *Sentido e Forma da Poesia Neo-Realista* como episódio de outro romance, envolvendo personagens conviventes do tempo coimbrão, etc. O trajecto de *Tempo e Poesia* acolhe tempos diversamente vividos. O próprio título do livro, que concentra uma das mais fundas verdades do percurso lourenciano, pode ser lido como uma espécie de divisa.

As proveniências dos ensaios e as suas datas de publicação são especialmente relevantes para o entendimento do caminho que leva ao aparecimento de *Tempo e Poesia*, em 1974, mas também em relação aos ensaios escritos posteriormente, agora integrados na presente edição. Importa acompanhar o movimento definido por essas datas e esses lugares na medida em que nele se delineiam aspectos determinantes para a afirmação do lugar da poesia no percurso do ensaísta.

Com a chegada a Coimbra, no início da década de 1940, para preparar os exames de admissão à universidade, inicia-se um tempo de leituras sortílegas, do abalo nietzschiano ao perturbador fascínio literário. Assinale-se uma nítida demarcação de dois tempos relativos à permanência na cidade: o tempo da licenciatura (1941-1946) e o tempo em que foi assistente de Filosofia na Faculdade de Letras (1947-1953). Coimbra constitui-se como um tempo determinante no seu despertar para as coisas literárias. A cidade é o espaço de abertura aos estímulos culturais, com todas as tensões explícitas e implícitas. É o próprio ensaísta quem o sublinha: “foi a terra mais importante, decisiva, para o meu percurso intelectual – e continua a ser uma presença muito forte na minha memória” (entrevista por José Carlos de Vasconcelos, *Visão*, 22 de Maio de 2003). Vemos primeiro Eduardo Lourenço associado a um grupo de colegas de curso que o conduzirá até à *Vértice* – “expressão de uma geração que através dela descobria o mundo, a sociedade, a

história e tomava posição em face deles” (“Revisitação de *Vértice*”, cf. vol. II das OCEL). Mas Lourenço de Faria era um “híbrido”, que, aliás, durante algum tempo ainda se manteve ligado ao CADC (Centro Académico de Democracia Cristã); por isso, na *Vértice*, segundo o seu depoimento, lhe foram atribuídas tarefas recenseadoras de livros com “vivências idealistas do mundo”, como o livro do católico Francisco Costa, para que os questionasse. Entre a formação católica e as concepções ideologicamente interventivas que lhe vêm do grupo ligado à revista neo-realista, absorve outras influências, no meio das intermináveis leituras, na universidade e fora dela: a fenomenologia husserliana, o existencialismo e o esteticismo, Heidegger, Rilke...

Se quisermos procurar um lugar que seja seu, diremos: entre. Lemos no fecho do seu poema “Aceitação”, publicado na *Vértice*, em 1944, versos que iluminam uma visão das coisas não divisivamente excludente, mas intersticial – “que tudo morre em mim/entre o sim e o não/da minha contradição” (cf. vol. II das OCEL). Vivendo por dentro o desassossego da modernidade, convoca os poetas modernos para a sua leitura de eleição, e acompanha-os no desespero que vem do abandono a que os deuses nos votaram. Esta ausência de deuses iria tornar-se uma das mais poderosas inscrições do próprio discurso do ensaísta.

A operação crítica de Eduardo Lourenço coincide quase sempre com um forte envolvimento estético. Daí a relevância deste segmento espaço-temporal na narrativa biográfica aqui relembada: a passagem por Coimbra parece ser particularmente digna de registo para o enquadramento do seu ensaísmo em torno da poesia. Mais do que cenário ou “mito cultural”, o lugar foi propiciador de um mundo em que a poesia ganhava terreno. É em Coimbra (ou a partir de Coimbra) que a perspectiva sobre o real – o mundo – se expande, seja na agudização de uma consciência social, seja num questionamento dilacerado de feição filosófica e cultural. Na primeira *Heterodoxia*, o primeiro andamento é a Europa. Na poesia, mesmo quando centra a visão em algum poeta, as suas leituras pressupõem o perspectivismo.

Não se pode dizer que o autor de *Heterodoxia* tenha transitado da filosofia para a literatura. Ele já estava lá. Estava na perspectiva de uma atenção testemunhante do homem na cultura, que era antes de tudo literária. Esta é uma constatação que se retira da observação mais imediata do percurso biográfico (biobibliográfico) de Eduardo Lourenço, o ensaísta que quis dar um testemunho no tempo, marcado pela urgência do dizer. Entre fidelidades e afectos, o exercício do pensamento é sempre de sopro largo.

O final da década de 40 e o início da década de 50 estão associados a um momento decisivo na consolidação do ensaísmo de Eduardo Lourenço. Manifesta-se neste período a centralidade da literatura nas análises que faz da cultura portuguesa e do país. Nos anos 40, para além de alguns textos e recensões que começa por publicar na *Vértice*, publica também na *Seara Nova* (e importa lembrar aqui a presença de António Sérgio, sobre quem escreverá mais tarde em *O Tempo e o Modo*, quando da sua morte, desmontando admiravelmente a intervenção ensaística deste autor).

O lugar da poesia aparece fundamentado pelo papel que, na sua visão, o ensaísta lhe confere dentro do sistema cultural: “a cultura não tem outra realidade que a do diálogo que os actores dela – os poetas em sentido largo – travam entre si” (*Poesia e Metafísica*). Por isso a recorrente afirmação da pertença à família dos poetas e a reiterada referência a essa repercussão nos seus modos de ler: “Faço de tudo uma espécie de leitura poética, de *puzzle* de ficção. Unamuno pensava que Hegel era um grande filósofo porque era um grande poeta. E Heidegger entendia que os filósofos são, a seu modo, poetas” (Entrevista por José Carlos de Vasconcelos, *Visão*, 2003). Daí também falar da “*démarche* romanesca” dos seus mais próximos – “os autênticos poetas de uma época não são sempre aqueles que visivelmente o parecem, mas todos cuja obra é fonte de energia e impulso anímico, como queria Dilthey. Vergílio Ferreira, Bessa-Luís são neste sentido puros poetas ao lado dos que não precisam ser mencionados” (prefácio à 3.^a edição de *Mudança*, de Vergílio Ferreira, 1978).

É claramente na década de 50 que Eduardo Lourenço começa a ter uma intervenção digna de registo em algumas revistas e jornais de referência, adquirindo a partir daqui maior visibilidade no espaço público e intelectual. A profunda consciência crítica, aliada a um manifesto sentido cívico de participação, não esmorecem com a saída de Portugal. Passando a desempenhar funções de leitor no estrangeiro, nunca se desliga intelectualmente do que se passa no país, e a este respeito é muito significativa a sua intervenção na imprensa portuguesa. Refira-se aqui especialmente a sua colaboração em *Unicórnio* (vd. o ensaio “Ideia para Uma Historiografia Existencial do Pensamento Português”) e nos “córnios” seguintes, a convite de José-Augusto França, por intermédio de Adolfo Casais Monteiro, assim como em jornais com uma expressiva difusão a nível nacional, em particular no suplemento cultural de *O Comércio do Porto*; tanto na revista de Lisboa como no jornal portuense publicou alguns dos textos que foram integrados em *Tempo e Poesia* (*Tetracórnio*: “Orpheu ou a Poesia como Realidade”; *O Comércio do Porto*: “Duas Mansardas Poéticas”, “Angelismo e Poesia”, “Presença ou a Contra-Revolução...”). Gostaria ainda, a propósito, de sublinhar a dinamização operada na organização do inquérito que dá origem a um marcante *dossier* em *Bicórnio*, sob o tema “Como Vivem os Intelectuais Portugueses e a Sua Relação com a Cultura Passada em Portugal”. É admirável o sentido mobilizador deste inquérito de 1952, que pretendia dar a conhecer um “*Corpus Scriptorum* onde a nossa imagem se guardasse como túnica sem costuras”. Os termos com que Lourenço, na “Nota Final”, faz uma síntese dos resultados do inquérito são reveladores do que constitui a sua maneira de colocar os desafios, no seio da própria interrogação, longe de qualquer espécie de dogmatismo, recusando-se “a conciliar o inconciliável” e assumindo o equívoco como intrínseco à natureza dos próprios problemas: “só com equívoco se pode falar dos problemas”.

Podemos considerar o percurso como uma incessante abertura de sentidos e não como uma busca de protocolos de sistematização. Existe um desejo de conhecimento propulsor – que o ajuda a inscrever-se no território, onde com um grande

à-vontade dialogará com criadores e críticos, e com criadores-críticos. É a partir daí que se sentirá à vontade para fazer a crítica a Mário Dionísio ou a João Gaspar Simões (no caso deste num embate que se prolongará no tempo).

A saída de Portugal e o abandono da carreira académica em Filosofia são determinantes para o futuro e multimodo Eduardo Lourenço: o posto de leitor de Português, primeiro na Alemanha (Hamburgo, Heidelberg), depois em França, a que se segue a ida para o Brasil, e por fim, a França, de novo, onde se fixará. Eduardo Lourenço nunca escreveu verdadeiramente de fora. A sua interrogação escrita passa pela acutilante radiografia da realidade portuguesa. Escreve cedo sobre os que o rodeiam e vai reafirmando que é na literatura que melhor se vê a terra desolada: uma discreta forma de abrir janelas na era da asfixia salazarista. Mais tarde, uma face mais visível desse estar dentro será perceptível naquilo a que já se chamou “mito Lourenço”: a recorrente dicção pública no Portugal do pós-25 de Abril.

Lembre-se que é paradoxalmente a adopção de um ponto de vista de quem está de fora que conduzirá à lucidez de uma visão de dentro. É importante sublinhar este ponto. Como no recuo do pintor que olha a tela em processo, Eduardo Lourenço escreve do lugar do contínuo pensar ensaiando-se. Do lugar que deixa ver o gesto do pensar. O recuo (o vago distanciamento) é o modo de estar dentro criticamente. Nesse sentido faz-se acompanhar dos poetas para dizer a sua reflexão dentro do tempo. E é espantoso observar como, desde esses anos 40 do final da guerra, Eduardo Lourenço sempre convocou os poetas para entender e para mostrar a cidade. E nesse dizer, ao lado deles, ergueu também uma tapeçaria tão verdadeira quanto poética, isto é, tão real – um lugar de dizer que é equivalente ao poema.

III. Diálogos, encontros

O que os poetas fazem, fundamentalmente, são variações infinitas sobre esse objecto, o tempo, que é mais esfíngico que todas as esfinges, porque é ele que nos olha no fundo dos olhos sem dar resposta. A resposta somos nós próprios que a temos de dar com a nossa vida, com a nossa existência. (Eduardo Lourenço, “Sobre o Tempo”.)

A reflexão sobre o tempo tem em Eduardo Lourenço uma forte matriz filosófica ancorada no pensamento de Heidegger. O texto “Tempo e Poesia”, que dá o título ao livro, é uma peça-chave nesta direcção. O ensaísta vai perseguir continuamente o propósito de que “a ideia da relação entre verdade e tempo não se desenvolve por mediação da filosofia propriamente dita, mas por mediação dos próprios poetas” (*Relâmpago*, n.º 22, entrevista por António Guerreiro).

Entre poetas, procura a forma de testemunhar o tempo vivido, entrando no próprio âmbito do tempo: “Como não sou Chateaubriand, mas pertenço também a uma geração que parte, prefiro escrever as minhas memórias sem além-túmulo, na companhia dos

que estão na plenitude das suas vidas e dos seus dons. É uma maneira como outra de estar menos morto” – escreve no início do texto sobre o ensaísmo de Vasco Graça Moura, colocando em epígrafe palavras deste poeta, inscrição de uma força identificatória absoluta, dir-se-ia pela própria mão: “O tempo é também uma criação verbal”.

Uma interpretação *sub specie autobiographica* do mais emblemático dos livros de Eduardo Lourenço sobre o poético pode ser pensada a partir de elementos de ordem biográfica que nos mostram o ensaísta desde cedo entre os poetas. Eduardo Lourenço leitor de poesia, mas também Eduardo Lourenço instigado por poetas que muitas vezes estão na origem de alguns dos ensaios. Por exemplo, as cartas de Torga, de Eugénio de Andrade ou de Ramos Rosa (poetas que habitam de modo singular esta obra) dão-nos pistas sobre esses encontros e sobre a génese do livro, como já foi referido.

As solicitações revelam a forma como os poetas interagem com o crítico, no reconhecimento do seu inigualável ensaísmo, e o modo de configuração da obra a partir desse diálogo. Algumas cartas e bilhetes que se encontram no espólio testemunham o reconhecimento agradecido dos poetas pelas leituras, mas também o incitamento, os pedidos para serem lidos. Entre muitos exemplos, veja-se um cartão de Salette Tavares, datado de 1957. A poetisa anuncia o envio de um livro seu e aguarda a opinião do crítico: “Chegou o seu postal de Viena quando o livro já estava pronto. Recebo-o hoje e já lho mando desejava de saber as suas impressões”. Às breves palavras, a endereçar os votos de Boas Festas para o ano de 1958, Salette Tavares junta um *post scriptum*: “Gostaria de ter uma crítica sua. Será possível, num dos jornais onde V. escreve?”. Houve ensaios que ficaram inéditos, por se ter pretendido um desenvolvimento que não chegou a acontecer. Alguns desses textos são aqui revelados. Foi o que aconteceu com “O Espelho Cego ou a Impossível Transparência”, uma leitura do referido livro enviado por Salette Tavares ao ensaísta. Eduardo Lourenço reviu este texto para ser publicado na presente edição.

Desde muito cedo a sua interrogação sobre o acto poético é uma atenção crítica aos contemporâneos. Porque estava rodeado pelos vivos, e porque ele mesmo se inscrevia no modo presente de dizer a deserção dos deuses e a orfandade ou a cisão do tempo dividido. E se já em 1955, na sua primeira publicação (fora da filosofia) sobre o poeta convivente, inclui as “novas gerações” na sua leitura (apresentadas aliás no próprio título que afirmativamente sublinha a polarização ampliadora), em 1968 voltará às fidelidades e aos afectos de vinte anos antes. No prólogo ao livro *Sentido e Forma da Poesia Neo-Realista*, com extrema clarividência, justifica a necessidade de uma isenta e produtiva atenção crítica aos coevos. Denuncia aí uma cerceadora “pequenez geográfica”, entrevista como responsável por um panorama empobrecido onde não há lugar criticamente livre para a “atenção viva e vivificante, salvo sob forma hiperbólica de lisonja ou de mais aberrante denegrimto em relação ao que nos cerca”. Coloca-se assim do lado oposto ao das tendências dominantes: a “singular admiração funerária e comemorativa” diante dos mortos e o culto “da elegia e do sarcasmo” diante dos vivos.

Desta convivência resulta um tom cúmplice e uma simpatia, que atravessam muitas das leituras marcadas por uma generosidade iluminadora, especialmente

acentuada a partir do momento em que, com a passagem do tempo, revisita obras de autores que lhe estiveram próximos. A propósito desses regressos, lembrem-se nomes ligados à revista *Árvore*, a quem dedicará uma atenção grata, em particular Ramos Rosa, mas também Raul de Carvalho e Albano Martins. Publica-se também na presente edição um texto escrito em francês, que se encontrava inédito, sobre esta revista e sobre aquilo que representou esse tempo: “Le Moment *Árvore*”. Esta revista teve quatro números publicados entre 1951 e 1953. Foi justamente no primeiro número de *Árvore* que o próprio Eduardo Lourenço colaborou com o ensaio “Esfinge ou a Poesia”, texto integrado em “Poética Mítica”, a primeira secção do livro *Tempo e Poesia*.

■ Não é por acaso que a palavra “tempo” aparece gravada neste que é um dos seus mais importantes livros sobre poesia. As questões do tempo contingente, em tensão com a leitura de pendor fenomenológico, são essenciais para ouvir nos versos o coração da terra. Veja-se, a este respeito, como se opera o efeito da temporalidade (tempo dentro do tempo) nas releituras de livros de poesia e dos próprios ensaios. Num texto de 1988 (retomando uma leitura anterior sobre Eugénio de Andrade, que fora apresentada num dos importantes ensaios, do início dos anos sessenta, dedicados ao poeta) assume a visão de perspectiva, quando se reporta ao tempo em que surgem *As Mãos e os Frutos*: “Ao mistério dessa harmonia nos poemas celebrada, acrescentava-se qualquer coisa de insólito, tão estranho parecia esse canto da maturidade adolescente, à imagem humana do tempo dilacerado onde surgiu, como uma fonte em pleno deserto.” [“A Breve Música Nocturna de Um Poeta Solar (Relendo *As Mãos e os Frutos*)”].

■ No interior dos próprios ensaios, dá conta frequentemente da sua vivência do tempo, no modo como dentro deste alterou a percepção de poéticas de autores que conheceu, e aí mesmo apresenta propostas de revisão. Veja-se o texto sobre David Mourão-Ferreira “Fulgurante Memória”. Fala do tempo na obra do poeta, mas também da forma como ele próprio, enquanto ensaísta, alterou a sua perspectiva: “Nada mais melancólico que o sentimento sem remissão de ter passado inatento ao que por tão familiar e idealmente íntimo era a música e a viagem nada secreta do nosso próprio tempo”. Com a passagem do tempo, revisita também a obviedade das leituras no tempo histórico por si mesmo vivenciado: “É tempo de examinar com outros olhos ‘a subversão’ e os labirintos poéticos dela que *As Evidências* cientemente quiseram ser e foram, como manifestação irreprimível de um combate do poeta nos limites do já-dito e do inter-dito” (“As Evidências de Eros”).

Leitor de poetas, entre poetas, experiencia processos de intensas identificações e desidentificações: “A descoberta da moderna literatura portuguesa fizera-a primeiro com autores da *Presença*, e o mesmo sucedera, deixando de lado as críticas cosmopolitas, com a crítica literária” (*Expresso*, 22 de Maio de 1982). Não é por acaso que em alguns dos seus depoimentos e entrevistas a *Presença* surge como um lugar inspirador. Creio que algo do espírito da *Presença* ou, mais do que isso, do inquieto espírito regiano sintetiza os

paradoxos que, nesse tempo de encruzilhadas, Lourenço necessariamente vivenciaria, e dos quais partiria para ler a vastidão e a complexidade do mundo. Não esquecendo evidentemente o mais fundo abalo – *Orpheu*, Pessoa, a literatura moderna...

Do CADC à *Vértice* e ao círculo de Torga, o que transportará desses dias? Os sinais da camaradagem e as inquietações são bem visíveis nos seus textos. Sob o espectro da devastação, reflexo angustioso de um pós-guerra tão próximo, a poesia devolve-lhe uma imagem mais viva da terra. Como habitá-la?

Como gerir o proclamado distanciamento, quando fala dos poetas próximos? Enuncia no próprio discurso um combate que é abrigo do paradoxo triunfante. Desde muito cedo foi recorrente a reflexão sobre o acto crítico. É também isso que torna fascinante o ensaísmo de Eduardo Lourenço: a atitude questionadora que o leva a problematizar-se continuamente no acto que exerce. O sentido de pertença a uma tribo (estar dentro) é perspectivado a partir da consciência da falha e da distância. Baptiza por isso de “tribo melancólica” o grupo em que se inscreve. É essa mesma consciência viva que o faz entrever o lado positivo do combate. E é então o paradoxo que triunfa: “O paradoxo é que este combate perdido é uma espécie de vitória. A única que os deuses concedem à espécie crítica. O dever dessa tribo melancólica é de ter consciência da distância que a separa do milagre divino da Poesia. E falar dela como se não fosse o misterioso espinho que ao mesmo tempo nos fere e nos transcende como pura alegria” (“Silêncio em Forma de Eco”).

As leituras da poesia de Eugénio de Andrade destacam-se no conjunto do ensaísmo de Eduardo Lourenço pelo número de textos que são dedicados a esta obra (ainda que muitos deles de pequena extensão) e sobretudo pela cumplicidade e a forte empatia que demonstram. Presença próxima com quem conviveu, foi também um dos poetas que mais o instigou. “Em S. Lázaro vivia rodeado de música. Já era assim, mas os discos eram os dos seus amigos Vale, em Coimbra, na roda de quem o conheci, esbelto, atrevido, provocante, insolente quando calhava” (“Silêncio para Eugénio”). Os dois ensaios sobre Eugénio incluídos na edição de 1974 são um dos melhores exemplos de como os textos impulsionam o movimento que nos leva da leitura de uma poética própria à reflexão amplificadora sobre o poético e sobre a poesia contemporânea. A este respeito é significativo o título “Angelismo e Poesia”. Naturalmente que ecoa neste nome a tópica rilkiana que deixou marcas fortíssimas na poesia do século XX. Trata-se de uma leitura que Eduardo Lourenço perseguiu desde cedo (lembre-se também a revelação que foi para ele a poesia de Rilke, nos anos 40, em Coimbra, pela mão de Paulo Quintela) e repercutiu em muitos textos mais recentes (por exemplo, no que escreveu sobre Al Berto).

A este propósito, importa referir o lugar de um ensaio inédito dado a conhecer na presente edição: “A Hora da Condição Angélica”. O texto escrito a partir do livro de Nuno de Sampayo, *A Condição Angélica* (1960), anuncia o ensaio “Angelismo e Poesia”. São vários os pontos de contacto entre o texto sobre o livro de Nuno de Sampayo e o texto publicado pela primeira vez, em 1968, nas páginas de *O Comércio do*

Porto (“Angelismo e Poesia – de Eugénio de Andrade a Herberto Helder”). A aproximação patenteia-se, antes de tudo, no comparecimento de uma epígrafe comum, versos de Ricardo Reis (o texto sobre Nuno de Sampayo apresenta mais duas epígrafes de poetas próximos de Lourenço: Alberto Lacerda, José Terra; o ensaio “Angelismo e Poesia”, que se centra na obra de Eugénio de Andrade, apresenta também uma epígrafe de Casais Monteiro). Os dois ensaios falam da presença iluminante ou ofuscadora dos anjos na poesia. “A Hora da Condição Angélica” começa por reenviar para essa realidade que é a presença dos anjos na história da cultura: “Na realidade, em todo o tempo, quer dizer, sob e acima dele, os anjos, mesmo ausentes, iluminaram, balizaram a terra insólita da nossa única realidade.” Este enquadramento sobre o lugar do anjo reaparecerá em “Angelismo e Poesia”. Uma das características da crítica lourenciana, que também surge no texto sobre a poesia de Nuno de Sampayo, é a amplificação especulativa de vasto alcance a partir de um nome, de um título, de alguns versos. Aqui o título é decisivo para mover o pensamento, “a condição angélica”; e para mostrar também o confronto que “desde há séculos só a poesia guarda [...] com as realidades últimas da condição terrestre”. Sublinho outra oposição tratada com grande agudeza: o confronto entre “estrondo” e “discrição”. Grande parte das vezes a audácia não está do lado do estrondo, mas sim onde o silêncio se pode ouvir.

*

Importa prestar uma atenção particular à inclusão em *Tempo e Poesia* de um pequeno livro anterior, *O Desespero Humanista em Miguel Torga e o das Novas Gerações*, e ao facto de a escrita deste ensaio ter resultado do encontro e do diálogo estreito com o poeta cuja obra é ali objecto de leitura. Este ensaio constitui, à época, o texto de maior fôlego sobre literatura escrito pelo autor.

Existem elementos de ordem biográfico-literária sobre as circunstâncias da referida publicação que são relevantes para o entendimento do percurso do ensaísta. Atente-se numa carta que Torga dirige a Eduardo Lourenço, quando este já se encontrava no estrangeiro, escrita a 14 de Dezembro de 1954, e que apresenta considerações sobre o texto:

“[...] mas sempre penetrante e original. Por isso, parece-me que valia a pena que se não perdesse nas páginas efémeras dum jornal (onde, de resto, só poderia vir aos bocados), ou fosse agonizar em qualquer das moribundas revistas de que me fala. Procurei dar-lhe vida mais longa numa pequena brochura de quinhentos exemplares. Propus o caso à Coimbra-Editora, e consegui convencer o Saraiva. Conte, pois o meu Amigo com provas dentro de dias. Provas que devolverá o mais depressa possível, com as emendas que entender.[...]”

P.S. Claro que o Dr. está ainda a tempo de dizer que não lhe interessa esta solução. Nesse caso, eu arcarei com a responsabilidade da composição executada até à data da sua resposta. A minha pressa foi para se aproveitar a época do ano novo.”

Três dias depois (a 17 de Dezembro), Torga escreve outra carta, a acompanhar o envio das provas, com novas observações e sugestões, tendo tomado a liberdade de pedir na gráfica mais espaço para que o autor do ensaio pudesse expandir o seu texto.

O encontro com Miguel Torga acontecera alguns anos antes. Precisamente em Coimbra, em 1947, ano em que Eduardo Lourenço entrara como assistente na Faculdade de Letras: “Aí começámos uma conversa que não devia ter fim, mas se interrompeu com a minha partida para Hamburgo e uns anos mais tarde se quebrou sem se quebrar” (“Evocação Espectral”, *JL*, 1 a 14 de Agosto de 2007). Em 1947, Miguel Torga já era o autor a quem letrados emergentes pediam salvo-conduto para entrar num qualquer panteão no reino das letras [“figura já emblemática de Coimbra, onde cada geração de poetas (e todas o são) aspirava ter a sua bênção literária”]. A década de 40 constitui um ponto alto na consolidação do nome do escritor. Como dirá mais tarde Eduardo Lourenço, num registo de síntese sobre a produção literária deste período, os anos 40 abriram justamente com *Bichos*, que viria a ser o mais reeditado e traduzido dos livros do autor, o qual publicaria nos quatro anos seguintes “o essencial da sua ficção” (“A Ficção dos Anos 40”, *O Canto do Signo*). É este escritor “célebre e celebrado” que acolhe no seu círculo o jovem “assistente de filosofia, a respirar inteligência e inquietação”, como a ele se referirá na linha com que o fará entrar em *A Criação do Mundo*.

A heterodoxa maneira de ler o mundo implica uma predisposição da parte do jovem ensaísta para cruzar universos. Não se colando a visões ideológica e esquematicamente condicionadoras, não se conforma com os dominantes modelos vinculados ao catolicismo ou ao marxismo. A aproximação a Miguel Torga deve ser entendida no quadro desse processo indagativo. O autor de *Contos da Montanha* construíra uma singular via de afirmação: vindo da *Presença*, depressa se independentizara por considerar que este grupo solipsisticamente se fechava ao mundo (e aos seus dramas sociais e políticos), mas também não alinhou com as manifestações estéticas, surgidas nessa década de 40, estreitamente vinculadas à vulgata marxista. O ensaísta em formação encontra na figura do escritor mais velho um exemplo que o ajuda a problematizar algumas inquietações, como aquelas decorrentes das suas relações com os jovens colegas neo-realistas, os quais foram realmente importantes para a constituição da sua consciência ideológica e estética, ainda que ele sempre se tenha mantido um “impuro”.

Na distância dos anos, esta amizade suscita uma produtiva leitura de feição psicanalítica. Os próprios ensaios e testemunhos vários de Eduardo Lourenço constituem elementos nucleares para essa interpretação. No final de 1954, já estava em Heidelberg, e é de lá que envia uma carta ao autor de *Penas do Purgatório*, acusando a recepção deste livro, que será justamente a alavanca motivadora para a escrita do ensaio que sairá no ano seguinte. A carta fala da poesia no tempo: “Não creio que haja hoje entre nós um livro de poemas mais significativo da nossa consciência actual. A sua situação pessoal por um destes não-acasos que cabem a certos criadores acha-se tão fundida com o sentido da nossa existência histórica que é quase sem surpresa para quem o conhece ver nascer com toda a naturalidade esses versos amargos e pu-

ros, bem merecidos se se pensa no poeta e quase mal merecidos se se pensa na triste realidade que os suscita assim, cristais talhados no lodo vil do tempo nosso, aí e em toda a parte” (11 de Novembro de 1954). É também a questão do tempo e da leitura da poesia no tempo que levará a que o ensaio se alargue à obra de outros poetas do seu tempo contemporâneo – “as novas gerações”.

Se Torga representa no momento do encontro com Eduardo Lourenço um indiscutível modo de superação de referentes literários demasiado constritores, este relacionamento acabou por ficar marcado por complexos movimentos tensivos. Torna-se claro que existiu da parte de Eduardo Lourenço uma genuína admiração pela obra torguiana e pela grandeza e a frontalidade do exemplo cívico do escritor. Quase se poderia falar de *ansiedade da influência*, nos termos de Harold Bloom. Um dos vectores mais significativos nesta história de encontros e desencontros prende-se com a poderosíssima interferência pessoana, ou seja, com a forma como o nome e a obra de Pessoa se interpõem entre Lourenço e Torga. Pessoa, cuja obra lhe tinha aparecido quase ao mesmo tempo, configura, num certo sentido, o único relacionamento de pendor identificativo, quase irrestrito, nascido de um encontro congenial. A partir daí, Lourenço jamais poderia ler Torga, ou qualquer outro autor, da mesma maneira.

Pessoa e Torga são dois nomes que representam dois pólos distintos de manifesto alcance para a formação do ensaísta. Duas figuras que de modo diferente o interpelam. Torga, o mais afirmativo escritor com quem conviveu nesses anos, e que espectralmente estará presente ao longo de muito tempo. Pessoa, do lado das sínteses superadoras, que contêm em si a não-resolução. É com Pessoa que se dá o ponto alto da sua entrega à literatura, isto é, à poesia. Em relação a Torga dominará a leitura ambivalente e fantasmaticizada, onde se percebe o posicionamento tensivo que vai dos processos de identificação (patente em muitas cartas) à reserva crítica.

Mas Lourenço não entra em disputa literária. Na verdade, o seu território é outro. Ele entra no círculo como filósofo fascinado pela estética e pela literatura; é neste processo que se torna o nosso maior ensaísta literário. Como que nasce aqui. E é aqui que além da sua expressão ensaística se manifesta a mais livre expressão artística a que ele deu algum desenvolvimento, de certa forma em diálogo com a obra torguiana e com Pessoa no horizonte: o formato do *Diário*.

Entre os papéis conservados no espólio, pode observar-se a existência de um curioso recurso com vista à assinatura de textos ou de projectos de textos não ensaísticos. Encontramos uma série de variações onomásticas que ocorrem no complemento de um termo fixo, motivadamente procurado: Tristão Marcel, Tristão Georges ou Tristão Bernardo. Neste último nome, anagramaticamente encontramos o eco do nome próprio. Entre os projectos (inscritos em folhas soltas), deparamos com alternâncias, oscilações que revelam os termos da não-fixação. Um exemplo extraordinariamente eloquente no domínio das capas (folhas de rosto) dos planos prende-se com a transição, com o modo como o mesmo projecto tanto é assinado por Eduardo Lourenço como por Tristão. É o que se pode ver relativamente à ideação de um texto

ficcional para o qual não só existem títulos, como também listas de personagens. Trata-se de um projecto em relação ao qual se encontram, no espólio, várias folhas, datadas de 1950 e de 1951. As intitulações mais recorrentes para este projecto são “Os Cravos Brancos” e “Ana Sílvia” (Espólio de Eduardo Lourenço, BNP).

A questão da assinatura, contudo, não surge apenas neste contexto. O fascínio pelo jogo com os nomes, em exercícios ficcionais, pode servir-nos de pista, entre outras. O que é posto em movimento não é o jogo presencial do duplo e do uno como aquele que foi praticado por Régio e Torga. Também Eduardo de Faria se debateu com as questões da assinatura, tendo subscrito, muito cedo, alguns textos com o nome Eduardo Coimbra (além dos textos sobre literatura publicados na *Seara Nova*, em 1947, Eduardo Lourenço assinou com este nome um texto na *Vértice* no ano anterior).

Recorde-se a propósito que também a escrita ficcional de Eduardo Lourenço, sob a forma de diário, teve vários projectos de títulos e que o início dos anos 50 (1952, 1953, 1954) foi a este respeito um período particularmente fecundo. Em 1953, o título possível era *Tristão ou o Livro da Alma. Diário Existencial Apresentado por Eduardo Lourenço*. E aqui emerge uma poética ao contrário da poética torguiana. Existe mesmo um fragmento datado de 10 de Setembro de 1953, de reminiscências gidianas e com ecos pessoanos, onde é questionada a ideia da auto-representação autoral, que marca a produção diarística de Torga, construída esta sob o signo da unidade. Tristão contrapropõe como alternativa o caminho da imagem “baralhada”, “destruída” – “Sinto que o Torga devia fazer esforços não para carregar no espírito dos seus leitores a imagem Torga, a visão-das-coisas Torga mas para a baralhar, direi mesmo para a destruir” (Espólio de Eduardo Lourenço, BNP). Mais tarde, em Agosto de 1965, no suplemento cultural de *O Comércio do Porto*, publicará um texto decisivo sobre a escrita diarística de Torga (“Uma Empresa Singular: O Diário de Torga”) que estará na origem de uma ruptura entre o escritor e o ensaísta.

IV. Perspectivas

No espólio de Eduardo Lourenço, existe uma carta de Torga, enviada de Coimbra, a 30 de Abril de 1957, que começa assim: “Só depois de lhe ter escrito a carta de antes de ontem soube da existência deste artigo do Casais, que agora consegui e junto. Creio que terá gosto em lê-lo, pois é na verdade o mais justo e caloroso estímulo que até hoje vi sair da pena inteligente e azougada daquele diabo. Oxalá ele consiga aquilo que eu próprio luto por conseguir: que o meu Amigo trabalhe e nos dê a obra de pensamento que todos esperamos de si”. O recorte do referido artigo de Casais Monteiro encontra-se junto da carta e tem o título “Crítica e Filosofia”. À mão, no recorte de jornal, aparece a inscrição da data: “24-4-957”. Trata-se de um texto de extrema importância, escrito a propósito da publicação de *O Desespero Humanista de*

Miguel Torga e o das Novas Gerações, mas que não se situa no âmbito da mera recensão. Todo ele é marcado pelo diagnóstico (o vazio do panorama crítico-filosófico em Portugal) e pelo augúrio (a esperança no nome Eduardo Lourenço).

Casais Monteiro já era na época uma voz autorizada no nosso espaço cultural e literário. O diagnóstico sobre o panorama crítico em Portugal põe a nu a pobreza do pensamento filosófico dominante, nos mais diversos domínios: “O ponto de vista de Eduardo Lourenço, caso raro de filósofo que entende e sabe falar de poesia, dá excepcional significado à sua atitude, e pode ser tomado como uma indicação positiva de uma regeneração do pensamento português cada vez mais necessária, e que em vão esperamos nestes últimos vinte e tal anos, de uma série de homens dados ao pensamento puro, ou pelo menos à interpretação dos problemas à luz de uma ou outra filosofia”. O ponto central da generosa intervenção de Casais Monteiro prende-se com o reconhecimento atribuído ao ensaísta emergente e com presciência face ao que viria a ser, de facto, um percurso extraordinário no nosso panorama ensaístico. Caminho assente na íntima relação entre a filosofia e a poesia: “Eis o que podemos esperar talvez de Eduardo Lourenço, se as promessas que nos tem dado se concretizarem na obra que dele temos o direito de esperar”.

Sobre a questão do viés filosófico na leitura do poético, sobre a articulação entre poesia e filosofia, importa atentarmos nas reflexões apresentadas na carta de Eduardo Lourenço a Casais Monteiro, de 13 de Setembro de 1960, publicada em anexo no presente volume. É no contexto do diálogo à volta do ensaio “*Presença* ou a Contra-Revolução do Modernismo Português?” que surgem estas palavras esclarecedoras: “O meu *parti-pris* é filosófico se se quiser no sentido de que depende, pressupõe ou institui uma filosofia estética (expressão pleonástica aliás). É uma certa ideia ou vivência do *poético* que justifica implicitamente no meu ensaio todas as considerações. Em esquema a fundura poética manifesta-se-me pela *realidade de uma ausência* (realidade e não ‘evocação dela’) para a qual tudo concorre no poema, a qual, na outra face nós lemos como segunda realidade ou realidade-outra e cuja diferença com a que nos serve de trampolim cria o movimento da ‘finalidade sem fim’ do ‘mistério’ do ‘encanto’ ou do que se queira a que se liga o fenómeno poético em geral”.

No percurso de Eduardo Lourenço, no modo como a poesia se intersecta com a filosofia, de novo, todos os caminhos vão ter a Pessoa. A seguir a esta descoberta, escreve, como consequência, o texto “A Esfinge ou a Poesia”, que reflecte precisamente esse entrecruzamento: “Encontrava ali uma poesia com um grau de questionamento interno paralelo ou análogo ao da própria filosofia [...] Isso fez com que no princípio dos anos 50 eu tenha escrito um texto ‘A esfinge ou a poesia’, um texto alegórico que é uma mitificação do lugar da poesia na existência” (*Relâmpago*, n.º 22, entrevista por António Guerreiro).

A revelação da poesia de Pessoa foi o grande “choque” que o transformou, nos anos 40, na sua estrada de Damasco, onde ocorreu o mais profundo abalo de alicerces: “Qualquer coisa que me causou uma perplexidade de toda a ordem, não apenas

estética” (*id.*). Como se a filosofia por si não lhe bastasse em resposta às interrogações últimas. Para Eduardo Lourenço o fascínio da literatura vem-lhe justamente dum espaço interestelar, zona de confluência onde lugares se intersectam: “Esse espanto líricamente expresso, sem a preocupação de uma resposta, aberto, é Poesia [...] No fundo, todo o poeta persegue sob a forma do onírico o mesmo desejo de entrar em contacto com qualquer coisa que engloba o Sentido geral da sua própria experiência” (entrevista por Inês Pedrosa, *JL*, 1986).

O posicionamento e a prática críticas assentam fortemente numa base diferenciadora face ao panorama dominante. A formação de Eduardo Lourenço é essencial para o lugar em que ele se vai afirmar na cena cultural portuguesa, e em concreto no ensaísmo literário. Há uma decisiva afirmação fundadora que se sustenta na ideia-chave de que o literário não é perspectivado apenas como literário. O que no literário se contém é domínio maximizado do inominado... “Para mim, a literatura é a expressão de alguma coisa mais, que no fundo não tem nome”. Esta afirmação surge em resposta à entrevista feita por Inês Pedrosa, quando questionado sobre o facto de o interesse por Pessoa não parecer apenas literário. Na mesma resposta, alude à separação teórica relativamente à geração da *Presença*, sobretudo em relação às perspectivas críticas de Régio e de Gaspar Simões, para afirmar a proximidade em relação a outro nome do grupo, Casais Monteiro, em especial pelas afinidades filosóficas.

No cruzamento de lugares em que a obra de Lourenço se situa temos dificuldade em classificar as leituras propostas: leituras fenomenológicas, metafísicas, ontológicas? Recorde-se o que disse de Jorge de Sena, quando se referiu ao facto de o autor de *Peregrinatio ad Loca Infecta* não ter sido “inclinado a formular acerca da poesia um tipo de discurso que de perto ou de longe se possa rotular de filosofia ou metafísica do poético”, para acrescentar que “todavia, como poucos poetas falou contínua e magnificamente, para empregar expressão sua, de poesia e de poetas nela. Por essa ordem e conscientemente” (“Poesia e Poética de Jorge de Sena”). Sobre Eduardo Lourenço se poderia dizer que falou a filosofia ou a metafísica do poético com poetas dentro.

Desde o início, combateu a deformação das interpretações que procuram ajustar-se a extrínsecas motivações. Nesse sentido reagiu às leituras dogmáticas, tendo como alvo primacial a vigência crítica de Gaspar Simões, mas também a limitação tendenciosa de leituras da esfera neo-realista (vejam-se as reacções a críticas feitas por Mário Dionísio ou por António José Saraiva).

Atentemos agora numa peça importante para um adequado entendimento das perspectivas críticas em Eduardo Lourenço: o prefácio a *Tempo e Poesia*. Os textos metacríticos e os paratextos constituem peças nucleares para a compreensão do ensaísmo literário do autor (e em concreto do ensaísmo sobre poesia). É por isso necessário destacar devidamente o papel ocupado por este prefácio, assim como pelas notas no final do livro.

O prefácio ao livro *Tempo e Poesia* (“Crítica e Metacrítica. Balizas para Um Itinerário sem Elas”) é uma peça nuclear, como o são outros prefácios (vejam-se as introduções a *Sentido e Forma da Poesia Neo-Realista*, *Pessoa Revisitado*, *O Canto do Signo...*).

Trata-se, neste caso, de um texto muito esclarecedor sobre o percurso do ensaísta e sobre o mapa que o livro desenha. Assinale-se a lourenciana despistagem, o modo da indecidibilidade (das hipóteses de fixação de um itinerário, em balizas, à concretização pela ausência: “sem elas”). Podemos por conseguinte ler este prólogo como um texto programático. Um dos pontos-chave é a sua posição face à crítica detentora de juízos sumários como se em sede de tribunal. O próprio prefácio se erige como contraponto a essa prática. Refere mesmo que todas as suas considerações introdutórias “se destinam a combatê-la [essa prática crítica] e, ao mesmo tempo, sem pudor algum, a justificar um itinerário que só tem sentido em função dessa impugnação”. Mais do que em qualquer outro lugar, encontramos aqui uma síntese iluminadora: “Na realidade, como sempre sucede, o percurso foi mais sinuoso, mas no essencial a componente *anticrítica* constituiu a motivação ao mesmo tempo passional e intelectual da exegese literária que me interessava. À obsessão de julgar a Obra, antepôs-se-me a urgência de uma espécie de osmose com ela, de modo a que o meu discurso sobre ela fosse uma espécie de duplo, não do seu próprio discurso – o que nenhuma Obra é – mas da claridade, da evidência interna, do movimento, em suma, da vida iluminante que na Obra existe, por ser o que é”.

Existe no espólio uma versão manuscrita deste prefácio com outro título muito significativo relativamente aos aspectos aí tratados: “Crítica e Poesia: Razões de Fundo e Forma”. O prefácio constitui uma peça igualmente representativa do modo como nele o ensaísta procura a inscrição e a justificação do seu lugar enquanto crítico. Eduardo Lourenço assinala o arco temporal (“mais de vinte anos”) das suas intervenções ocasionais, mas orgânicas, que não passaram totalmente despercebidas (o autor tem consciência disso) mas que nem sempre foram compreendidas; o caso óbvio, a que no prefácio se faz referência, é o mais célebre dos ensaios que integram o volume: “*Presença* ou a Contra-Revolução do Modernismo Português?”. Importa também atentarmos na forma como se nos revela a auto consciência de um projecto crítico subjacente aos textos disseminados e a impossibilidade da visão de perspectiva e intencionalidade decorrentes dessa disseminação: “A própria dispersividade no espaço e no tempo impedia uma razoável apreensão do projecto ‘crítico’ que iam cumprindo”. Eduardo Lourenço apresenta neste texto um lucidíssimo diagnóstico relativamente à genealogia próxima, e prossegue, situando-se geracionalmente no campo da crítica. Este posicionamento é importante para a leitura dos ensaios reunidos e para o entendimento dos pontos de vista assumidos. O autor releva ainda o facto de ter sentido um particular apoio da parte da geração dos críticos mais jovens. O que é interessante aqui é a forma de este prefácio funcionar como certificado de confirmação para a entrada na esfera crítica. Existe a geração anterior. Existe aquela a que ele pertence, e o modo de o ensaísta diferenciadamente encontrar aí o seu lugar.

Este prefácio assume igualmente uma importância fulcral para o entendimento do percurso crítico de Eduardo Lourenço pela forma como nele o próprio autor faz uma leitura desse seu percurso, dele procurando dar conta com extrema clarivi-

dência. Se aponta para as muitas influências possíveis, como a do ensaísmo de Paul Valéry ou, no campo filosófico, a exegese fenomenológica, destaca dois eixos, duas tendências da crítica que o instigam profundamente e que aqui têm vindo a ser referidas: uma que o antecede geracionalmente (o presencismo) e outra que é a dos seus contemporâneos (o neo-realismo). Ao apresentar este quadro, descarta as vias redutoramente esquemáticas no processo de busca da voz própria: “Entre a Cila de um psicologismo idealizante e a-histórico e a Caríbdis de um marxismo redutor obcecado pela mensagem interventora imediata, se processou então a busca da passagem, sempre aleatória, do noroeste enigmático da geografia crítica. Não eram estes dois os únicos escolhos da topografia cultural do tempo no plano crítico, mas eram os únicos de actuação relevante e de afirmado projecto teórico”.

A preocupação em torno das perspectivas contestadas e dos pontos de vista seguidos avulta, com mais insistência do que se poderia pensar, em intermináveis pequenas anotações, no interior das próprias leituras. Em *O Desespero Humanista em Miguel Torga e o das Novas Gerações*, ao falar da *Presença*, apresenta uma lapidar justificação: “Não censuramos, nem elogiamos. Verificamos apenas”. Já neste texto de 1955 se vincava a oposição crítica dogmática e judicativa e a opção por uma crítica valorizadora, precisamente aquilo que constituirá uma tónica de toda a sua escrita.

Se não é um esquadrinhador meticuloso, Eduardo Lourenço é o mais rigoroso dos leitores, consigo transportando uma espantosa bagagem de saberes, apesar da rasura de notas e de referências bibliográficas. Não há nisso contradição alguma. No texto vibram as mil alusões, muitas vezes imagética e metaforicamente convocadas.

O modo de aproximação à leitura coloca em pauta vários pressupostos que ao longo do tempo vão sendo apresentados de forma mais ou menos directa, em momentos anteriores ao livro de 1974, e também posteriormente. Um dos pontos de aproximação diz respeito à questão da paráfrase da parte de muito discurso crítico que “envolve” a poesia lida “sem realmente [a] penetrar”, como refere no prólogo de outro livro, *Sentido e Forma da Poesia Neo-Realista*. “Também nós oscilámos entre a glosa do sentido e a paráfrase poética, duplo escolho da crítica de poesia”. Outras interrogações em torno do método podem ser inventariadas. É o caso do reconhecimento do enfoque spitzeriano em textos seus (concretamente neste livro sobre a poesia neo-realista) ou, por outro lado, a chamada de atenção para o reducionismo das leituras estilísticas, em sentido estrito. A inquietação crítica é em Eduardo Lourenço consciência lúcida, atenção e advertência que sobre si mesmo exerce. É no pensamento movente, na intuição, que se concentram a novidade, o traço dinâmico, a fulguração, tudo aquilo que está para lá da assunção de quaisquer exclusivistas regras metódicas.

Em *Tempo e Poesia*, a expressão mais claramente afirmativa é a da escolha dos guias: os poetas, do lado de quem mais fundamente se aproxima do poema – “Decidi, por conseguinte, que os Poetas seriam os meus guias e não os críticos, quero dizer a espécie crítica que vive na ilusão de uma superioridade de estado do seu próprio es-

tatuto crítico e da instância (quando não instituição...) em que se constitui. Abdicação do acto de julgar que por definição é o acto crítico por excelência? Simplesmente, deslocação de modelos e de normas teóricas que não preexistem à experiência vivida da leitura criadora (nos dois sentidos da viagem) da Obra”.

Na senda da busca de compreensão do fenómeno poético, em toda a sua magnitude, vamos encontrar da parte de Eduardo Lourenço interrogações plasmadas em textos muito diferenciados que procuram captar a questão a partir de ângulos diversos, em quadros distintos. É o que podemos ler também em vários dos textos que foram sendo publicados após a edição de 1974. É o que podemos ler igualmente em vários inéditos aqui dados a conhecer.

O enfoque filosófico é uma linha central no ensaísmo de Eduardo Lourenço, como já foi referido, e deve ser sublinhada a sua dominância em muitos textos inéditos aqui reunidos, especialmente nos fragmentos. Em jeito de exemplo, aponte-se um título expressivamente meta-reflexivo: “Da Poesia como Auto-Consumpção da Poesia”. Outras abordagens diferenciadas são claramente perceptíveis. “O Poeta e a Reputação Oral” centra-se num argumento que tem por base o ângulo de visão sociológico: a reputação oral sobrepõe-se frequentemente ao efectivo conhecimento das obras. O texto escrito por ocasião da morte de Afonso Duarte constitui uma deriva sobre o poético, com a obra do autor de *Ossadas* em fundo. Pressupõe-se que o texto ficou inédito à espera de um outro desenvolvimento.

Refira-se, também à guisa de exemplo, outra admirável síntese, em outro texto inédito (“Do Poeta como Crítico”), que aborda uma diversa faceta relevante: a dimensão crítica de alguns poetas e a dimensão poética de alguns críticos. Vai-se sempre desembocar no território denominado “realidade poética”. E é a partir daí mesmo que se podem equacionar, nas diversas frentes, as questões que buscam a compreensão do fenómeno poético. O tema começa por ser perspectivado sob um escopo cronológico, destacando-se alguns poetas-críticos do nosso tempo e alguns momentos da história literária portuguesa: “a realidade do poema consiste precisamente em ser palavra que fractura, desloca, silencia a nossa própria palavra interior enquanto presença morta de nós a nós mesmos. É o poema que nos acorda, que nos transfigura, que nos instala num espaço sem nome quando como poema se vive em nós ou melhor, nós nele. Sempre de maneira diferente, e sempre da mesma maneira”.

*

Estando ausente da perspectiva de leitura lourenciana a dominante focagem de pendor histórico-literário *stricto sensu*, não deixamos de encontrar uma possibilidade de leitura que nos permite aceder a um quadro muito completo dos movimentos da poesia portuguesa do século XX. Como já referimos, é crucial em todas as suas leituras a inscrição no tempo histórico e, em muitos casos, são claramente decisivos os enquadramentos epocais ou geracionais para as leituras encetadas.

Estas perspetivações contextualizadoras conduzem a estimulantes leituras de reconfiguração de lugares-comuns estabelecidos. Por exemplo, leia-se o que Eduardo Lourenço escreve sobre a profunda marca presencista na produção inicial de consagrados autores neo-realistas como Namora, Cochofel ou Joaquim Namorado: “Os primeiros livros dos futuros poetas neo-realistas são um diálogo poético com a presença de Régio e Torga e por vezes com tão intenso narcisismo que não se vê bem como a produção clássica do “Novo Cancioneiro” emergiu deste canto áspero, *gauche*, centrado sobre o destino individual romanescamente sonhado” (“Evocação Truncada de Mário Dionísio”).

Os enquadramentos assumem uma particular visibilidade em textos panorâmicos agrupados no presente volume na secção “Sentido e forma da moderna poesia portuguesa”. Estes panoramas contribuem, como fios encadeadores, para a configuração do fluxo. Surpreende a naturalidade do efeito concatenador, mesmo quando se impõe a centralidade concedida a alguns nomes e a algumas obras. Muitos ensaios centrados na leitura de uma poética específica não dispensam um pertinente quadro contextualizador. Por exemplo, quando fala de Albano Martins, começa por enquadrá-lo numa “genealogia geracional”, para mostrar o caminho próprio do poeta: “Se Albano Martins e a sua vocação própria precisassem de genealogia geracional, quer dizer, uma família que deixa uma precisa marca num tempo poético singular, as suas afinidades com a geração de *Árvore* bastariam para o situar” (“Do Imponderável”). Mas também se socorre dos enquadramentos, mesmo quando se trata da dificuldade em “encaixar” as obras em horizontes geracionais ou grupais determinados; por exemplo quando fala de Jorge de Sena ou de Helder Macedo, em excepcionais recortes que captam em síntese as linhas de força matriciais destas obras poéticas.

Em consonância com estas perspetivas contextualizadoras, destaque-se a dimensão comparatista do ensaísmo de Eduardo Lourenço. É notável a capacidade de convocar linhas de relação, de unir fios, de fazer reenvios, de conectar eixos. A leitura ganha fôlego a partir dessa extraordinária disposição e do domínio dos intertextos detectados (“Toda a grande poesia é natural intertexto e sob ele reconfiguração do mito original a que deu corpo e vida: o de Orfeu”; “Obscura Luz”). Há o caso da presença de Pessoa, como matriz absoluta, sobre a qual nos deteremos mais à frente, mas há outras linhas de entrelaçamento. Veja-se, a este respeito, entre muitos exemplos, o texto “Fulgurante Memória” sobre David Mourão-Ferreira: por um lado, é a própria poética de Mourão-Ferreira que instiga esta leitura, mas, por outro, o olhar lourenciano, ele mesmo, reactiva exponencialmente as leituras de pendor comparatista.

Sublinhe-se outro dos traços relevantes do ensaísmo de Eduardo Lourenço: a análise mítico-crítica. Muitas das leituras de poesia são também, à semelhança de outras análises, perspectivadas em clave mitográfica. A análise dos fenómenos poético-culturais como mitos constitui uma recorrência. Um dos textos que melhor traduz esse caminho é “*Presença* ou a Contra-Revolução do Modernismo Português?”. Em *Tempo e Poesia*, outros ensaios propõem leituras sob esse ângulo; é o caso de “Or-

feu ou a Poesia como Realidade” ou “Dialéctica Mítica da Nossa Modernidade”. E em muitos textos escritos posteriormente, e que esta edição integra, reflecte-se esse ponto de vista. Veja-se mesmo como para a leitura de um poeta (Eugénio de Andrade), um pequeno texto recebe o nome “Da Poesia como Mito”.

Eduardo Lourenço lê as poéticas individuais muitas vezes sob este prisma, mas também procura entender o fenómeno colectivamente entrevisto como fenómeno nacional. Porquê, entre nós, a atenção (institucionalizada) aos poetas? “Ninguém explicou por que razão somos não só uma cultura de poetas mas de bons poetas. O que noutras culturas é excepção, na nossa é devoção. A ideia justa de que os homens são naturalmente poetas não basta para explicar o que entre nós é, ao mesmo tempo, um jogo, um prazer refinado e uma mística. Mas o mais estranho é o seu papel mítico, o reconhecimento do poeta e da poesia no meio de uma Cidade tão aparente, ou realmente prosaica como a nossa. Será para compensar? Tudo se passa como se, na nossa cultura, tão estruturalmente adorante, os poetas tivessem tomado o lugar dos santos. Quem se queixará? Ou quem o estranha?” (“Clube dos Poetas Vivos”, *A David*).

No entanto, é difícil categorizar o seu ensaísmo literário como mitocrítico, comparatista ou filosófico. Não pretendendo que a leitura do poema seja o prolongamento de um mistério ou a devoção a um fogo ritual, mostra-nos como a interrogação, e mesmo a dúvida, são elas também reveladoras. E nesse processo torna visível o acto de pensar, como se quisesse incluir o leitor no movimento desse pensar. Transportador do espanto, inquieto intérprete de poetas, desvenda as coisas repousadas, simplesmente como quem alimenta o silêncio da casa. Vendo por dentro. Levando o leitor a ver o dentro.

Não visa instituir um modo de leitura, mas investir o acto crítico (a leitura) de uma forte carga osmótica que possibilite o encontro com o poema. Para obter, por outras palavras, a recompensa... E nós somos agarrados pela força magnetizadora do discurso que circunda o poema, no mesmo plano do poema ele mesmo; é isso que faz com que o poema não saia do centro da interpretação.

Por isso o próprio ensaísta, muito pessoalmente, insiste que, em grande medida, é feito de textos porque vive neles. Escritor que discretamente quis ter biografia em texto, no registo de “glosa” ou de “acompanhamento melancólico da mão esquerda”, sabendo de antemão que o brilho das vozes dos outros era, desde o primeiro momento, o da própria voz. Ou por outras palavras: ele é dos poucos que se aproximam do objecto e no-lo devolvem com uma luz em que o explicado não anula o imprescindível inexplicado, modo de continuar a fazê-lo brilhar.

Fale-se de uma poética da brevidade que assume grande relevância no ensaísmo de Lourenço. Se essa vertente é imediatamente visível em intervenções atentas e pontuais nas suas páginas diarísticas, mas também em textos de pequeno formato como nos breves obituários de figuras marcantes do nosso tempo, ou ainda em certas análises de acontecimentos da vida política, gostaria de assinalar a presença desse traço nos ensaios mais ou menos extensos sobre poesia. Aquilo a que se pode deno-

minar de *insight*, que grande parte das vezes assume formas aforismáticas, e que adquire uma espantosa força nos prevaletentes enunciados interrogativos. No volume de 1974, encontramos uma das mais belas reflexões que fala do tempo – o magnífico texto que dá nome ao livro (“Tempo e Poesia”); é precisamente pela interrogação que mais próximo se encontra da voz do poema: “É da luz que a palavra poética concentra misteriosamente que a nossa existência recebe o máximo de claridade. Essa luz, porém, é impenetrável. Com que lâmpada exploraríamos o coração do sol?” Podem recolher-se dezenas de exemplos de idêntico fulgor (sobre a poesia, sobre o poeta) muitas vezes a abrir os textos: “Toda a grande poesia integra como sombra ou luz paradoxalmente excessiva a sua poética” (“Entre o Êxtase e o Silêncio”); “O que é um poeta? Uma maneira de ser mundo e um modo inédito de o dizer” (“Como uma Torrente”).

Estamos diante daquilo que acontece em irrepetíveis instantes, na leitura de poemas, quando os comentários se defrontam, e quando se atinge uma aproximação ao poema, numa espécie de polifonia sintonizada. O que muito poucas vezes a leitura orientada e estruturada (com achegas teóricas e enquadramentos contextualizados) consegue dizer. Não creio que essa experiência se equipare a qualquer sorte de vivência epifânica (tanto mais que por trás desse acontecer está uma deliberada e lenta preparação), mas seguramente esses momentos recordam-nos o que, entre nós, em texto, só vejo verbalizado por Eduardo Lourenço. Nessa aproximação como que se toca o poema (como que se é tocado pelo poema). Emerge a questão da habitabilidade, de uma forma de vivência que é a da leitura passional, testemunhante. Visão continuamente reeditada, e que o próprio apresenta em “Singular Pr(o)émio”, a nota prefacial a *Pessoa Revisitado*, na edição de 1980: “Prefiro e assumo esse perfil crítico passional, eco atenuado do que me foi convívio e íntima exaltação com uma das poesias mais fulgurantes do nosso século, à neutralidade do olhar imaginariamente frio da instituição e do poder cultural críticos, quaisquer que sejam”.

É numa luminosa síntese sobre o outro (Octavio Paz) que, em espelho, encontramos o mais conciso dos auto-retratos: “um dos maiores ensaístas contemporâneos, habitante e visionário peregrino da aventura poética” (“A Hora e a Vez de Octavio Paz”, *Expresso, Revista*, 20 de Outubro de 1990). Eduardo Lourenço, *habitante da aventura poética*, ensaísta entre poetas ou ensaísta poeta. Interessa aqui falar da busca que ele enceta ao interior do poético, como impulso não restritivo, pois implica-se o mundo no seu posicionamento face ao poético. Porque é que o poético traduz o lugar da problematização de uma forma que nenhum outro discurso propicia? Porque mais do que em qualquer outro (registro, discurso, voz...) se encontra aí o lugar da inacessibilidade, da indizibilidade, das zonas intervalares de questionação, mas também o lugar da habitação do ser.

E o autor de *Tempo e Poesia* colocou assertivamente, no limiar da casa, um lema de matriz heideggeriana, como ninguém entre nós o havia feito: “É poeticamente que habitamos o mundo ou não o habitamos” (“Tempo e Poesia”). Para lá do lugar-

comum, este modo de ver o ensaísta ressoou profundamente nos próprios poetas como vivência intensa, testemunho e diálogo. Dois exemplos: as palavras de Sophia de Mello Breyner Andresen, os versos de Gastão Cruz. As palavras de Sophia são de carta datada de 23 de Março de 1978, e reportam-se ao prefácio que Eduardo Lourenço escrevera para a 4.^a edição da sua *Antologia*, na Moraes, saída nesse ano: “Penso que o seu texto é o melhor que foi escrito sobre a minha poesia. Não só pela agudeza e inteligência que há na sua leitura mas pela simpatia (no grave sentido grego da palavra) que há nessa leitura. E porque é uma leitura poética e não uma leitura apenas estética, ou intelectual. Pois não se limita a ver o poema ‘por fora’ mas o habita” (Espólio de Eduardo Lourenço, BNP). Os versos de Gastão Cruz nasceram de uma afirmação de Eduardo Lourenço, em entrevista por António Guerreiro (*Relâmpago*, n.º 22), sobre o movimento que anima a leitura do poema: “uma viagem no interior do texto não para lhe acrescentar qualquer coisa mas para o habitar”. É num poema de homenagem que apresenta a glosa: “Entrar no poema é habitar a casa/beber o vapor de água que humedece/o deserto do quarto inabitável”. (in *Pensar Nove Décadas de Amizade*, 2013, org. João Tiago Pedroso de Lima; incluído posteriormente no livro de Gastão Cruz, *Óxido*, 2015).

A impossível totalização configura-se afinal como modo de chegar mais perto do conhecimento, e o poema é o próprio meio de resgatar a habitação do ser: “Desejo, inunção ou calmo olhar sobre o fundo das coisas, a palavra de Hölderlin tão celebrada por Heidegger rediz a intemporal verdade de onde o saber não-poético nos expulsa” (“Tempo e Poesia”). Em Eduardo Lourenço, o lugar do poema é o contrário do lugar sitiado. O poema, como imagem do mundo, diz a cidade libertada, ainda que plena de contradições. É o poema que é o próprio emblema ou a cidade é que é o emblema dele? A carga alegórica do ícone comportará um forte pendor idealizante. Mas nessa heráldica reinventada a cidade ergue-se como interrogação. A mesma que reeditará quarenta anos depois, no belíssimo texto “O Poeta na Cidade (hoje)”: “Em meio século, passámos da visão da essência e do papel da poesia como *casa do ser* – quer dizer, da utopia romântica que vê na poesia o acto fundador da Humanidade, o único que lhe confere um sentido, como o evocado por Hölderlin – para uma espécie de ‘no man’s land’ de filme apocalíptico, entre cujos destroços buscamos os vestígios do esplendor perdido”. E o ensaísta prosseguirá, a falar da poesia como o próprio território resgatado. Ela nos revelará a nossa vocação para a alegria. A habitação do mundo (no seu texto) vive da largueza interior vista com os olhos dos poetas. O ensaísta é o melancólico refugiado no poema, vasto mundo recriado pela sua leitura.

Quase tudo desagua nessa visão fundadora em que o real é criado pela palavra, em que o poético é mais real que o real. Em torno da dizibilidade e do ofuscamento de luz ou sombra, que vem das palavras, gira quase toda a hermenêutica lourenciana. Num pequeno texto, uma dessas sínteses deslumbrantes que encontramos a todo o passo, um depoimento sobre Ramos Rosa, a formulação está lá, a iniciar com o truísmo (“nenhuma realidade nos é dada fora da palavra que a nomeia”) para es-

plender na justeza da reflexão: “Para ele [Ramos Rosa] as palavras serão um pouco como aquele dedal de matéria negra de densidade infinita que os físicos atribuem aos ‘buracos negros’ onde a luz do universo se afunda. É preciso lutar, sem fim, com a sua real obscuridade para recuperar mais fundo a luz nelas concentrada e perdida” (*Relâmpago*, n.º 5). Também é de si próprio que o ensaísta aqui fala.

Em espantoso espelhismo, revelou-se também ensaísta ao falar de ensaístas dilectos ou de poetas ensaístas. Como nas palavras em que se projectam reflexões onde se revê, e onde nós vemos o seu pensamento reflectido, quando fala do ensaísmo de Vasco Graça Moura: “Nos últimos vinte anos o ensaio conheceu não só uma inédita proliferação, como um acolhimento que o subtraíram ao antigo estatuto de parente envergonhado – ou de excepção – dentro do panorama da nossa cultura. O campo de predilecção do nosso ensaísmo – seguindo nisso, em parte, a tradição sergista – é o da literatura. E nela, o objecto dos nossos desvelos e desveladas vigílias: a poesia”.

A habitação do poema inscreve-se no tempo, que é tempo vivido em tantas frentes. É pelo testemunho que se habita o poema. Por isso a modernidade lhe foi guia, com raízes na noite anteriana e com Pessoa como o mais seguro dos incertos esteios. Eduardo Lourenço instalou-se por conta própria nessa morada, inscrevendo aí indelevelmente o seu nome, isto é, instalou-se na paisagem do seu século português, que reconheceu como “intensamente poético – talvez conviesse dizer, tão miticamente poético. [...] Isto parece verdade para a poesia em geral e, particularmente, para a nossa, portuguesa” (Resposta ao “Inquérito sobre a Poesia Portuguesa do Século XX”).

V. Núcleos

Em *Tempo e Poesia*, as leituras sobre a modernidade constituem uma importante recorrência. A este respeito é obrigatória a referência ao ensaio “Dialéctica Mítica da Nossa Modernidade” (incluído na edição de 1974), leitura apresentada sob o signo de Baudelaire. Podemos pôr ao lado deste texto, numa relação próxima, desde logo assinalada no título, o inédito “Sentido e Forma da Moderna Poesia Portuguesa”. Encontramos aqui uma reflexão sobre o poético e sobre o lugar da poesia no universo cultural português do século XX. Mas a problemática do moderno e da modernidade subjaz a quase todos os textos reunidos no volume e não se encontra apenas em ensaios cujos títulos mais directamente o indiquem. Também se torna uma evidência o facto de o testemunho ensaístico sobre a modernidade em Eduardo Lourenço estar profundamente marcado pelo ponto-chave que é o encontro do ensaísta com a obra de Pessoa, que como se sabe se ficou a dever à antologia de Casais Monteiro (1942), mas também à antologia organizada por Cecília Meireles, *Poetas Novos de Portugal*, publicada no Rio de Janeiro, dois anos depois. Outro elemento importante neste processo de revelação foram as *Páginas de Doutrina Estética*, com organização de Jorge de

Sena, em 1946: “Claro que, no espaço literário daquela época, nada foi mais importante para mim do que a descoberta, primeiro do poeta, e depois textos publicados pelo Jorge de Sena em meados dos anos 40. O tipo de estilo do Pessoa não tinha precedentes em Portugal” (entrevista por Carlos Câmara Leme, *Ler*, Outubro de 2009).

Remonta ao início da década de 50 a primeira intervenção escrita de Eduardo Lourenço sobre a obra poética que no final da década anterior provocara um verdadeiro terramoto. Trata-se de uma “defesa” do poeta. “Nessa altura Pessoa começava a figurar como um autor maldito e a minha primeira intervenção cultural foi a de defender o poder subversivo dos seus textos”, diz em entrevista (*Expresso*, 16 de Janeiro de 1988), reportando-se a um artigo, publicado em 1952, em que contestou leituras neo-realistas de Pessoa. Na mesma entrevista, feita por Vicente Jorge Silva e Francisco Belard, mais adiante, afirma que “Pessoa foi, efectivamente, o desarrumador definitivo, naquela época do discurso cultural português”. Pressupõe-se nesta resposta que o autor da “Tabacaria” foi de igual modo, e acima de tudo, um dos maiores questionadores das verdades estáveis para o próprio pensamento de Eduardo Lourenço, em grande parte moldado sob o pessoano signo do incerto, do mudável.

O artigo de 1952 “Explicação pelo Inferior ou a Crítica sem Classe contra Fernando Pessoa” (suplemento cultural de *O Primeiro de Janeiro*, 26 de Novembro, OCEL, vol. II) é um dos exemplos mais esclarecedores da profunda consciência dos caminhos críticos que se lhe abrem. O título reenvia para uma resposta a um artigo de Mário Dionísio intitulado “Alberto Caeiro, Poeta de Classe”. A celeridade da resposta de Lourenço, publicada no mesmo mês, não acusa o mero impulso polemizador que o tom inicial poderia fazer supor (“Tivemos a explicação pelo sexo. Agora temos de aguentar, a todas as horas e de todas as maneiras, a explicação pelos interesses de classe”). Percebe-se um evidenciado amadurecimento nesta tomada de posição (aliás, “todas as horas” não deixam de remeter para um conjunto de textos saídos na *Vértice*, no ano anterior, subscritos por Luís de Albuquerque, Mário Sacramento e Vergílio Ferreira, em que estes autores se propunham ler/polemizar sobre Pessoa, a partir da mesma clave ideológica). A relevância do texto de Eduardo Lourenço decorre acima de tudo da demarcação face aos críticos que encontram “o expediente universal, a chave miraculosa que pela primeira vez nos fazem aceder às verdes pradarias da bem-aventurada compreensão científica da realidade”. Contudo, para além da resposta às leituras de inspiração marxista para as quais “são tudo fenómenos de classe”, este texto é importante pelo seu carácter inaugural dentro do que viria a ser a produção lourenciana. Trata-se de um dos primeiros artigos onde o crítico publicamente revela o seu Pessoa, nesse plano em que se equaciona mundo e linguagem, pela via do poético: “o universal desejo de possuir o mundo e tudo quanto nele existe através da magia da linguagem com que o tocamos torna-nos particularmente sensíveis à procura ou ao encontro dessas palavras inesquecíveis que alguns homens descobriram por nós”.

Parece então ser quase natural a aparição Pessoa como uma espécie de revelação da própria vivência do estilhaçamento e da celebração dele. Abria-se outro

mundo que lhe permitiria perceber algumas contradições ou entrar definitivamente no seio delas. Vemos como na produção ensaística de Eduardo Lourenço dos anos 50 ganham relevo as discussões em torno da modernidade e as reflexões sobre a estética do modernismo, decorrentes do impacto provocado pelo terramoto pessoal. Mais tarde, no texto datado de 1971, ao falar da “Dialéctica Mítica da Nossa Modernidade”, resume esse impacto, referindo-se a Pessoa como “um dos avatares mais preciosos da nossa Modernidade”, e apresenta uma espécie de máxima sintetizadora ao dizer que o poeta “não foi apenas moderno mas a Modernidade mesma”. E se as reflexões sobre a modernidade mostram o homem no seio da crise (e há aqui outros significativos eixos concordantes como o existencialismo, o influxo da filosofia de Kierkegaard, etc.), com Pessoa, Lourenço procede à sua mais íntima inscrição na modernidade.

Pessoa é para Eduardo Lourenço o guia-intérprete da modernidade, aquele que em formulações geniais sintetiza a funda expressão dos nihilismos contemporâneos que filosoficamente ecoam em outros lugares: a ausência de Deus, o vazio, o princípio da distância pela ironia. Pode dizer-se que a presença de Pessoa e a reflexão sobre a modernidade, de uma forma ou de outra, estão subjacentes a quase todas as leituras que os textos deste livro propõem. Voltaremos à presença de Pessoa, mais adiante, de forma mais detalhada.

A questão da modernidade é determinante nas leituras dos textos aqui reunidos, num espectro muito amplo de ressonâncias: da perspectivação dos limiares às focagens de momentos intensamente vividos no quadro do modernismo. Apontem-se dois exemplos: as leituras sobre Pascoaes e sobre Almada. Naquele, a obra “às portas da Modernidade”; em Almada, o próprio nome inscrito no vértice da cena modernista, com ela se confundindo, em (in)diferença e estridência:

“É esta *Waste Land* o nome próprio da Modernidade, aquela vida universalmente desvinculada da sua matriz divina, gozando-se a si mesmo como estéril, que Pascoaes, nascido já em pleno deserto atravessará miraculosamente incólume. O Nada será impotente contra a sua paixão e vocação redentora de toda a sombra do mal sobre a vida incarnada pela Saudade. Nesse sentido ficou às portas da Modernidade, guardando-se para um futuro em que o Nada mesmo perderá o seu negro esplendor” (“Uma Poiética da Sombra”).

“Se o Modernismo é também – e acaso, essencialmente – um mundo, literalmente falando, *sem alma*, Almada não foi apenas o nosso *grande* modernista, mas o único dos nossos modernistas. [...] O seu mundo é o primeiro, em português, em que o sentido de alma está rasurado. Todo olhos, tudo se passa como se no universo nada mais exista que superfícies e seus reflexos, e sob elas uma fórmula” (“Almada ou a Indiferença”).

Nas suas magníficas leituras sobre a poesia moderna e contemporânea, Eduardo Lourenço capta os múltiplos matizes de uma evidência: da paisagem desertada de

deuses. Atravessa, com os poemas, esses lugares vazios (“ausência de nós para nós mesmos”), como se lá estivesse; desde *Orpheu*, interpretando “uma saída através do caos da modernidade”, ou da queda (“modernidade suicidária”) em Mário de Sá Carneiro. O fracasso e a perda do poder da palavra, no tempo em que o poeta se separou da musa, ocupam o lugar do todo. Mas na própria linguagem se opera a ofuscação máxima: “Imersos na evidência da morte como num mar sem margens, os poetas modernos converteram a *Poesia mesma* – quer dizer, a essência mesma do que somos – em jogo perpetuamente perdido e ganho no interior desse pélago sem exterior” (“O Poeta na Cidade (Hoje)”).

O ensaísta faz acompanhar a sua reflexão de efeitos de convergência, contornando, atravessando o poema, para nele entrar osmoticamente. Reedita assim o mesmo jogo ali revelado, fazendo do seu texto matéria activa, muito próxima de uma equivalência ou incorporação. O desafio em que se lançou foi o do mergulho na linguagem, entrando nela de olhos abertos, para reescrever o esplendor e o fracasso da mais radical experiência vivida pelos poetas modernos: *momento precário e, nessa precariedade, eterno*. Daí a nota melancólica, no seu discurso, que advém da perda antevista: o exercício crítico da leitura afigura-se também ele tarefa votada ao insucesso, na medida em que jamais se poderá dizer por outras palavras o que o poema revela.

Um dos núcleos mais representativos de *Tempo e Poesia*, a interpretação sobre a *Presença*, está intimamente ligado ao lugar central da modernidade no pensamento de Eduardo Lourenço. Aliás, o livro também é conhecido pelo facto de alojar um texto que constitui uma referência fundamental da obra do autor – “*Presença* ou a Contra-Revolução do Modernismo Português?”. Trata-se de um ensaio que teve um grande impacto pela forma como no campo dos estudos literários se operou uma releitura do fenómeno presencista. O próprio Eduardo Lourenço assume a relevância do artigo no conjunto da sua obra. Nos comentários que, *a posteriori*, faz sobre o ensaio vinca a incidência da sua leitura dos mitos culturais e da perspetivação do seu texto como “um acto”: “Provavelmente, não ficará nada de mim (nunca fica nada de ninguém), senão alguma nota de rodapé onde será assinalado que eu escrevi esse artigo, e basta. Isto porque há dentro deste processo complexo a que chamamos ‘a cultura e as suas mitologias’, de um lado, certo número de discursos acerca da criação cultural e, do outro lado, alguns actos que, em vez de serem unicamente reflexões, considerações mais ou menos eruditas, ou mesmo menos sábias ou pertinentes sobre esta ou aquela produção, se convertem em acto, mesmo sem a gente querer. Esse artigo, pelo visto, foi um acto”. Estas palavras são pronunciadas em 2000, numa conferência, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. A palestra de certa forma é motivada pelo polemismo criado à volta do célebre ensaio. Mais de 40 anos depois, Eduardo Lourenço, num tom testemunhal, continua a tentar esclarecer os equívocos gerados por aquele texto e pelas leituras apressadas do termo “contra-revolução” inscrito no título.

“*Presença* ou a Contra-Revolução do Modernismo?” (datado de 2 de Dezembro de 1958, e publicado em 1960, no jornal *O Comércio do Porto*) é indiscutivelmente

uma culminação, um dos textos mais amadurecidos sobre o tema. Podemos perspectivar a leitura deste ensaio com a ajuda de outros textos do autor que, directa ou indirectamente, com ele dialogam e o antecipam, em algumas das linhas mestras do pensamento do autor sobre a questão da *Presença*. Anote-se desde logo uma significativa referência num texto que surge fora de *Tempo e Poesia*, “Europa ou o Diálogo Que Nos Falta”, o primeiro ensaio do livro *Heterodoxia*, 1949 (OCEL, vol. I). Neste artigo é dado um particular destaque ao papel da *Presença*, ao lado da *Seara Nova*, na revitalização do panorama cultural português. Em relação à *Presença*, além de sublinhar a valorização ali feita da defesa da “liberdade de espírito”, o ensaísta assinala a importância que o grupo concede à literatura, enquanto “expressão real de toda a cultura superior”, e sublinha o papel concedido na revista às “obras representativas de todo o movimento da nossa literatura moderna”.

É a partir de meados da década de 50 que encontramos em Eduardo Lourenço uma particular atenção focada nas leituras sobre a *Presença*, quase sempre numa inter-relação com *Orpheu*. Data de 1955 um ensaio seminal exclusivamente centrado na ruptura operada pelo grupo modernista – “*Orpheu* ou a Poesia como Realidade” (publicado em *Tetracórnio*). Mas é também neste ano que é editado em Coimbra o ensaio *O Desespero Humanista de Miguel Torga e o das Novas Gerações*, onde encontramos uma expressiva contraposição, apresentada em termos muito directos, numa análise que incorpora a visão veiculada no texto de *Tetracórnio*: “A *Presença* nasce programática e poética ao mesmo tempo. A sua primeira página é um artigo de crítica. O *Orpheu* nasce poesia. A geração da *Presença* criou e conservou o sangue frio diante da criação, fez poemas e reflectiu sobre eles, fez literatura e tomou dela uma contínua consciência, defendendo-a como literatura. [...] E com o *Orpheu*? Confundindo como nunca tal acontecera entre nós a literatura com a vida, não por ter feito da vida uma imagem literária mas por ter querido encarnar na vida as exigências da imaginação, sucedeu-lhes às vezes ter que defender a literatura que criavam, não por causa dela mas da aventura vital que nela ia”.

Outro texto essencial é o artigo “Psicologismo e A-Historicismo de *Presença*”, publicado em Maio de 1956, no jornal *O Comércio do Porto*, como segunda parte de um bloco sobre “Alguns Doutrinários e Críticos Literários depois de Moniz Barreto”. Aqui o autor trata da vertente crítica na *Presença*. De uma forma muito clara, Eduardo Lourenço sintetiza o que entende ser uma especificidade do presencismo – a perspectivação da crítica como “uma actividade complementar da criação”, o que significa “uma interferência profunda entre as criações pessoais desses autores e a natureza da crítica que praticam; e uma grande consciência da superioridade da criação autêntica sobre a mais penetrante das críticas”.

Na primeira edição de *Heterodoxia*, o ensaio “Europa ou o Diálogo Que Nos Falta” apresentava um significativo elemento paratextual, uma dedicatória, que suscita alguma atenção: “A Miguel Torga – A minha mais lúcida admiração pelo Poeta e pelo Homem”. O diálogo com Torga está na origem da inicial reflexão de Lourenço

sobre a *Presença* e a troca de correspondência com o poeta é elucidativa sob este ponto de vista. No meio os visados são Régio e Simões. Leia-se o testemunho de Torga, em carta enviada a Eduardo Lourenço, a 14 de Junho de 1957:

“Acabo de ler o magnífico artigo com que arruma de uma vez para sempre o infecto caso da cisão, e não quero esperar 15 dias pela segunda parte, que promete dedicar ao mito da “*Presença*”, para o felicitar. [...] De maneira que julgo poder falar-lhe em limpeza de espírito, e dizer-lhe honradamente que o meu Amigo escreveu uma das páginas mais escaroladas, justas e penetrantes que até hoje a crítica literária portuguesa produziu”.

Torga reporta-se aqui ao texto “A Correspondência Pessoa-Simões e o Mito da *Presença*”, publicado dois dias antes, a 12 de Junho, no “Suplemento Cultura e Arte” de *O Comércio do Porto*. Já foi assinalada a relevância da colaboração de Eduardo Lourenço neste caderno cultural. A respeito destas intervenções, importa referir a correspondência de Costa Barreto, o coordenador do suplemento, para Eduardo Lourenço, existente no espólio do ensaísta (iniciada em 1955 e constituída sobretudo por cartões), que dá conta de solicitações diversas e, neste caso concreto, acompanha entusiasticamente vários aspectos da recepção do célebre ensaio sobre a *Presença*.

Coabitando com gente que viveu esse momento, Eduardo Lourenço tem um olhar privilegiado sobre a *Presença*, interpretando-a com acurada distância crítica, sob estimulantes pontos de vista, a ela tendo regressado diversas vezes. As suas reflexões conformam uma busca de conhecimento deste fenómeno estético e cultural, por via de uma singular leitura diferenciadora, e, simultaneamente, revelam o seu processo de inscrição como ensaísta destacado na cena literária portuguesa. Torna-se a partir daqui cada vez mais notório o seu à-vontade no diálogo epistolar e ensaístico sobre literatura com criadores e críticos, como Torga e Casais. A partir daqui também se tornam mais visíveis as intervenções críticas de pendor polemizante. É nesse sentido que deve ser perspectivado o texto “A Correspondência Pessoa-Simões e o Mito da *Presença*”, que constitui uma importante peça na obra lourenciana, enquanto ponto de arranque relativamente às fundamentais leituras mitográficas. Ao falar do mito da *Presença*, refere a dificuldade que existiu na época em entender o próprio funcionamento do conceito operativo: “Durante os anos 40, e sem que muita gente se apercebesse disso, teve lugar entre nós, se não uma efectiva metamorfose cultural, pelo menos a mudança que a tornava possível e, por fim, fatal. A mudança efectuou-se ao nível das referências metodológicas e consistiu, fundamentalmente, na visão e no emprego positivos do conceito de mito. Era uma revolução de carácter romântico, uma ressurgência da intuição que a geração de Schelling havia oposto à onipotência cultural da evidência cartesiana convertida aos poucos em razão iluminística e redutora”. O texto termina justamente com o anúncio de um “próximo artigo” sobre a *Presença* (que como referimos seria escrito no ano seguinte e publicado em 1960, no mesmo jornal, integrado numa das séries programadas por Costa Barreto, neste caso intitulada “A Poesia ‘Post-Orpheu’”).

A argumentação central do seu ensaio de 1960 reside na leitura dos mitos, na desmontagem de lugares sedimentados, permanentemente veiculados dentro da própria *Presença*. “O que me interessava era contestar essa mitologia presencista: 1) como momento de auto-consciência crítica e literária verdadeiramente inovador; 2) como lugar da compreensão do modernismo; 3) como continuadores do modernismo” (*Relâmpago*, n.º 22, entrevista por António Guerreiro). Na sua leitura, Eduardo Lourenço tem presentes os enquadramentos epocais (críticos e histórico-literários e culturais) e o papel dos seus actores principais, numa primeira fase (Régio, Torga), assim como o de outros intervenientes no processo (Casais Monteiro e Gaspar Simões). Em carta a Adolfo Casais Monteiro, enviada de Montpellier, a 20 de Agosto de 1960, Eduardo Lourenço esclarece que “o ensaio não é sobre a *Presença* mas sobre a mitologia dela e o caso Casais Monteiro, como lá se indica, não serve para a fundamentar. Seria pois incoerência aduzi-lo com pormenores, uma vez que o que a mim interessava era ‘desprendê-lo’ ao máximo desse sistema mitológico”.

O “caso Casais Monteiro”, aludido na carta, envolve o próprio Eduardo Lourenço e diz respeito ao episódio em torno da censura ao nome deste poeta e crítico presencista, no texto publicado em *O Comércio do Porto*, o que motivou a correspondência entre os autores e a inclusão, nas notas finais de *Tempo e Poesia* (1974), de um texto enviado por Casais Monteiro, sob a forma de “Diário”: “Do Brasil, onde vivia então e viveria, e na suposição errada de que havíamos silenciado o seu nome nas nossas considerações sobre a *Presença*, enviou-nos um extenso texto, que não só pela relação que tem com o nosso ensaio, mas sobretudo pelo depoimento que constitui, aqui publicamos na íntegra sob o título que ele lhe deu: *Páginas de Um Diário por Escrever/28.08.60*”. Na presente edição, procurámos complementar este diálogo, coligindo, em anexo, duas cartas de Eduardo Lourenço a Casais Monteiro que elucidam a problemática em torno deste episódio. As missivas esclarecem a questão da supressão do nome do poeta na versão de *O Comércio do Porto* e fornecem ainda uma achega importante para o entendimento do próprio ensaísmo literário de Lourenço. A data da carta, de que acima se transcreve um passo, situa-nos precisamente uma semana antes da datação das “Páginas de Um Diário...”, enviadas por Casais Monteiro a Eduardo Lourenço. É na carta datada de 13 de Setembro de 1960, escrita em Grenoble, que o ensaísta responde a essas “Páginas”.

Eduardo Lourenço afirmou com toda a clareza que Casais foi o autor presencista com quem criticamente encontrou mais afinidades; um nome que se lhe impôs por diversas razões – pelo papel fulcral de divulgador intérprete de Pessoa e por toda a destacada intervenção crítica dentro e fora do âmbito da revista coimbrã.

A forma como Eduardo Lourenço se constitui “ensaísta de poesia” deve muito a um caminho que tem na *Presença* (e nos nomes da *Presença*) uma das etapas mais relevantes desse percurso. É preciso ter em conta que a *Presença* surge como objecto de leitura externo. Eduardo Lourenço analisa a sua mitologia. Mas igualmente como objecto interno: é com a *Presença* também, ou com os ecos dela, vindos dos contactos

com os presencistas, que Eduardo Lourenço devém crítico. As polarizações e as intersecções são particularmente apelativas. Veja-se a questão dos diálogos (proximidades e des-identificações) com os poetas e com os críticos. Atente-se, por exemplo, no caso Régio. Contrapondo os primeiros ensaios em torno da *Presença* (escritos na segunda metade da década de 50) às interpretações propostas em textos como “*Orpheu e Presença*” ou nos dois ensaios dedicados ao poeta de *Biografia* aqui incluídos (“A Ausência-Régio” e “Situação de Régio”), podemos acompanhar o modo como se processa a linha de leitura que vai da questionação à reabilitação: “O efeito do tempo é o de modificar sem fim o relevo e a perspectiva do mesmo tempo” (“Situação de Régio”). Régio acabará por desempenhar um papel decisivo no trajecto da hermenêutica lourenciana. Sempre com Pessoa ao fundo: “Hoje que o mito-Pessoa se extenua pelo excesso do seu culto, ou brilha já fora de toda a religação efectiva e vivida com a *dificuldade infinita* que na sua poesia tenta dizer-se, a particular e complexa voz de Régio emerge da sua sombra e da sua falsa morte, pedindo e exigindo uma atenção menos fetichista mas não menos densa que aquela que Pessoa tem, com evidentes razões, suscitado” (*id.*).

A leitura “reabilitadora” de Régio constitui um dos pontos dignos de registo nos textos em que Lourenço revisita a *Presença*, muitos anos após as intervenções críticas dos anos 50. É no final dos anos 70, na aproximação de uma data comemorativa (o cinquentenário da revista), que o ensaísta regressa ao tema, em dois textos amplificadores. Estes ensaios expandem leituras anteriores, com a perspectiva dos anos decorridos. “A Poesia da *Presença* ou o Último Teatro do Eu” está datado de 2 de Maio de 1976; o texto “Presencismo(s)” apresenta a data de 31 de Julho de 1977. Torna-se agora mais presente a poesia de José Régio e de Adolfo Casais Monteiro. Isso é particularmente visível no primeiro destes artigos. Se o plural entrevisto no outro título é uma forma de rebater pontos de vista limitadores, instigantemente a leitura não anula a singularidade. O texto “Presencismo(s)”, que começa por assinalar a cristalização do mito no quadro da história literária, coloca muito bem a questão da diversidade intrínseca à produção dos autores agregados sob o rótulo presencista. É muito estimulante o movimento que anima esta leitura, em função do quadro ideológico e cultural do início do século XX em Portugal, especialmente a partir das tensões entre o republicanismo e o catolicismo. Eduardo Lourenço capta múltiplas vertentes do chamado “presencismo”: da problemática metafísica e psicológica, e da central referência pessoana, aos enquadramentos sociais do momento em que aparece e do tempo histórico em que o grupo se situa. E autocriticamente afirma que, mesmo com a consciência alerta para as multiplicidades entrevistadas, ele próprio não escapa à força da dita singularidade do presencismo: “Mas é evidente que mesmo neste nosso discurso não escapamos em absoluto, pela pluralização das suas componentes, à referência ao mítico ‘presencismo’. Um plural remete para a singularidade. Que foi então – ou que continua sendo ainda para nós, como configuração literária e cultural – o ‘presencismo’ dos únicos presencismos efectivos?”

VI. Espelhos e reflexos

Existe um texto disperso de Eduardo Loureço que não foi seleccionado para integrar esta edição, mas cuja referência aqui se impõe. A simples leitura do título, “Dialéctica Mítica da Poesia Moderna Portuguesa”, nos faria pressupor a sua inclusão como uma obviedade. Desde logo, o título manifesta uma grande proximidade com um dos ensaios muito conhecidos do livro *Tempo e Poesia*: “Dialéctica Mítica da Nossa Modernidade”. A não-inclusão no presente volume do ensaio publicado em 1976 (in *Nova. Magazine de Poesia e Desenho*, n.º 2) prende-se com o facto de este texto se centrar exclusivamente na leitura da poesia de Antero (tratar-se-ia de uma primeira parte de um texto mais extenso que não teve desenvolvimento). Por esta razão, e de acordo com o autor, o texto deverá integrar um futuro volume. O ensaio releva a repercussão do autor dos *Sonetos* na poesia moderna: “A revolução do mundo poético tradicional começou, pois, com Antero. Mas a evidência de uma ruptura essencial não se tornou manifesta senão quando o que ela significava recebeu a forma adequada à submersa matéria. Antero deu a beber um terrível vinho novo em odres velhos”. Em muitos outros textos, Eduardo Loureço realça esse impacto, deixando entrever a forma como foi profundamente tocado (num processo de identificação) pela poesia anterior que traduz expressivamente em verso as interrogações do niilismo contemporâneo. Mas só em Pessoa se dá o encontro identitário mais fundo: “A poesia de Pessoa, por um lado, leva mais longe a aventura anterior, não se contando com o eco melancólico do seu fracasso, ou da sua assimilação da essência da realidade ao puro não-ser, ilusão, fantasma ou morte, mas glosando-os, integrando-os, *poeticamente* à realidade, mesmo nas suas manifestações mais triviais; por outro, inventando um espaço-outro, sonho ou realidade sensível, opostos mas igualmente resistentes à dissolução ontológica” (“Entre o Ser e o Silêncio. Cem Anos de Poesia Portuguesa”).

Se falar de Pessoa é falar de si mesmo é porque nele se reflecte em abismo sem nome, na ferida do mundo, na mais excruciante projecção do ser. Por tudo o que vem sendo dito, talvez uma das mais ofuscantes evidências de *Tempo e Poesia* seja esse inescapável nome, alfa e ómega, centro e fuga, da aventura literária de Eduardo Loureço. Com ele alimenta subterraneamente as suas reflexões, com ele se revela. Por isso as palavras da nota prefacial a *Pessoa Revisitado*, na edição de 1980, assumem uma espantosa força reveladora: “Nenhum deus escapa à perversão do ritual inventado para o tornar presente. Chega sempre o dia em que é necessário negá-lo para o sentir ainda vivo. Não tenho essa coragem. Apenas a melancolia de repetir, sem lhe alterar uma sílaba, aquele “antigo encantamento” de mago sem condão onde um dia se condensou a minha paixão inútil pela vida como poesia, e pela poesia como vida”.

Nas leituras sobre poetas do século XX, a convocação da referência pessoana é uma constante. Percorrendo os ensaios deste livro, dificilmente encontramos alguma leitura que com Pessoa não dialogue; grande parte das vezes é mesmo Pessoa a chave

de leitura, é de Pessoa que se parte. E isso ocorre nos mais diversos enquadramentos (geracionais, temáticos, etc.). Pode traçar-se uma cartografia das leituras lourencianas que nos possibilite ver o impacto dessa voz matricial, em todas as leituras dos seus contemporâneos. Pode dizer-se que lê todos os outros poetas com Pessoa ao lado. Veja-se a expressiva colocação num texto sobre Ramos Rosa: “Onde Pessoa acaba, começa Ramos Rosa” (“Palavra com Poeta Dentro”). Os mais diversos ângulos de leitura têm como referência as marcas da grande revolução pessoana. Note-se o modo como a dúvida se instaura na poesia portuguesa contemporânea a partir de Pessoa. Por exemplo, quando lê a poesia de Casais Monteiro, assinala essa linha que lhe aparece como clara herança do exemplo pessoano.

Uma das estimulantes leituras que a obra de Eduardo Lourenço nos oferece da poesia portuguesa moderna e contemporânea é construída a partir dos contrapontos. Os exemplos sucedem-se e podemos incompletamente rastreá-los de cor: José Gomes Ferreira, Jorge de Sena, Sophia, Alberto de Lacerda, Albano Martins, José Augusto Seabra, António Osório, Ruy Belo, Manuel Alegre, Manuel António Pina... No “Espaço post-Pessoa”, por contraste ou proximidade, nenhum poeta escapa à força da obra do autor de *Mensagem*, em suas complexidade e diferença: “Como todos os grandes poetas, Fiama inclui na sua poesia a sua poética, ou antes, esta poética e poesia fazem um todo, não como em Pessoa, como acompanhamento da mão esquerda da sua voz, mas uma e outra intimamente fundidas” (“Senhora do Silêncio ou a Poesia do Imemorial”). A iniciar um texto sobre a poesia de Herberto Helder, encontramos mesmo uma contundente afirmação denegatória que move a leitura: “Herberto é o não-Pessoa por excelência”. Um pequeno texto sobre Ramos Rosa (“Todo Um Poeta!”) é bastante ilustrativo relativamente às leituras que dão conta da complexificação dos contrastes. A reflexão sobre a noite de Pessoa traz consigo a adjacente questão central, realidade vs. irrealidade. E a síntese da poética de Ramos Rosa comporta uma série de tópicos recorrentes nas leituras efectuadas de Eduardo Lourenço: a presença de Pessoa como mito cultural avassalador; a “insuportável insolação” que provoca; a sua contemplação como espécie de estátua de comendador e de super-ego do nosso imaginário; a *via negationis*; a referência a Caeiro em último grau.

Até nos ângulos menos óbvios, como o de determinadas zonas temáticas, esprieta permanentemente o fantasma pessoano. Veja-se o anjo, que espera a chamada de Rilke, e vê aparecer Pessoa! Numa instigante reflexão (como no texto inédito sobre Nuno de Sampayo), os anjos acolhem os grandes temas pessoanos: o irreal, o nada, a ausência. Nalguns casos, as aproximações por semelhança retomam tópicos que são convocados com a naturalidade de quem com eles coabita. É o caso da referência à infância caeiriana: “Como Caeiro, mas sem ficção alguma, Vitorino Nemésio guardou até ao ‘limite da idade’ a sua ‘formidável infância’. A infância merecida por quem nunca quis habitar nem conhecer muito a sério a realidade, a ficção da vida e a vida como ficção chegando-lhe e sobrando-lhe como tapete voador” (“Nemésio, *Clown de Deus* – Glosa Lírica a *Limite de Idade*”).

O profundo conhecimento da poesia e da poética pessoais permite-lhe com finura extrema estabelecer nexos, encontrar ecos, detectar diálogos improváveis. Eduardo Lourenço segue as pistas dadas da filiação, por exemplo, o filão heteronímico, enquanto pertença de tradição assimilada no quadro da poesia portuguesa do século XX, mas vai sempre mais longe. É o que acontece na bela leitura sobre Raul de Carvalho, poeta esquecido que viveu a poesia por inteiro, reinventado como filho numa idealizada (con)vivência entre Caeiro e Campos (“Raul de Carvalho ou a Fraterna Solidão”).

É também o que acontece quando, na leitura da poesia de Eugénio de Andrade, convoca o poeta de *O Guardador de Rebanhos* em aproximação e diferimento, para obviamente marcar a diferença eugeniana. É particularmente interessante que Eduardo Lourenço, em relação ao diálogo de Eugénio de Andrade com Fernando Pessoa, não siga as pistas lançadas pelo poeta de *As Mãos e os Frutos*, que levaram a que se propagassem os lugares comuns ditados pelo poeta, por vezes menos criticamente do que se desejaria; Eduardo Lourenço centra a sua leitura em Caeiro, na ausência de metafísica e na força espantosa do neopaganismo.

**

Numa das muitas entrevistas que concedeu, afirma Eduardo Lourenço, nesse tom baixo e distanciado com que sedutoramente vai falando de si e dos outros, da literatura e do mundo: “A única coisa que verdadeiramente eu quero ser é escritor – o resto não me interessa nada. Poeta, ainda seria melhor. Como não pode ser, escritor... [risos]” (*Visão*, 22 de Maio de 2003). Repetiu noutros lugares essa projecção desejante que nós não hesitamos em reconhecer, quando, deslumbrados, somos atingidos por aquilo de que ele fala, e, talvez mais do que tudo, pelo modo como nos fala. A transcrição da resposta acima apresentada deixa ver o rasto do distanciamento irónico, mas revela aí mesmo a verdade e a intensidade da entrega. Noutra lugar, mais circunspectamente fala de ferida de vida: “Só me interessa o sentido das coisas, não propriamente a realidade das coisas. A minha vocação não era essa [ser romancista]. Mas, como o lamento! ‘c’est la blessure de ma vie’” (entrevista por Anabela Mota Ribeiro, *DNA, Diário de Notícias*, 11 de Junho de 2004).

Voltemos a alguns lugares projectados na dicção desse desejo. Um dos seus ensaios, apresentado como o texto mais orgânico, *Pessoa Revisitado*, seria para o próprio o seu romance (“romance de romancista imaginário por conta de Pessoa”). A proposição é repetida insistentemente (em 2000, em nota à 3.ª edição do próprio livro; mas também, antes e depois, em depoimentos e entrevistas), e o exemplo é caucionado pela autoridade de um poeta próximo, Carlos de Oliveira. Contudo, Eduardo Lourenço sabe que a sua verdadeira criação, mais à maneira do *Livro do Desassossego*, não tem uma forma tão fechada como a do texto de 1973. Reportando-se à sua própria obra, também

afirmou que a via “mais como uma errância. Deixei-me sempre levar pelas águas do tempo” (*Pública*, 13 de Maio de 2007). Alguns anos antes, numa revisitação autobiográfica de uma das suas topografias afectivas, escrevia o seguinte: “Queiramo-lo ou não, todos nos escrevemos naquilo que, com razão ou sem ela, os outros recebem como obra nossa. Alguma coisa de mim deve estar no que, ao longo de quase meio século e sempre como por acaso, fui escrevendo” (“Lembrança Espectral da Guarda”, 1995).

A prática crítica fundamental, que implica uma profunda experiência identificativa entre o objecto crítico e o objecto lido, não anula as dúvidas. Pelo contrário, acentua todas as interrogações. O último parágrafo do prefácio “Crítica e Metacrítica. Balizas para Um Itinerário sem Elas” é uma espécie de inscrição testamentária:

“Prefiro morrer de farto que à míngua de generosidade que aliás é nenhuma por não ser mais que o reflexo do dom soberano que os Poetas oferecem ao seu exegeta, que lhes deve tudo, a começar pela existência. Se nada mais ficar do propósito que os meus textos ‘críticos’ quiseram encarnar, que sobrenade ao menos a paixão e o fervor nunca desmentido pela Poesia mesma, lâmpada miraculosamente intacta no tempo de plurais trevas que a cercaram sem a poder dissolver. Toda a esperança e a esperança da esperança nela se guardou e se preserva. Só isto bastaria para que um não-poeta inventasse para não perder o pé na subterrânea travessia do seu tempo o gesto daquelas almas condenadas que num célebre quadro romântico se agarram com melancolia à barca luminosa em que Dante e Virgílio atravessam incólumes a torrente que separa a vida da morte”.

Lemos *Tempo e Poesia* como uma longa meditação que contém a sua poética: a extraordinária lucidez analítica associada ao lampejo intuitivo e à síntese. A formulação bela e rara. O dom da literatura. Como o puro poeta que atingiu a indizibilidade perseguida, escrevendo-se no deslumbramento e na sumptuosidade da força transfiguradora da linguagem, Eduardo Lourenço está aqui inteiro. Ao serviço dos poetas.

Critérios de edição

Seguindo a vontade do autor, que explicitou o desejo de que a obra *Tempo e Poesia* mantivesse, na presente edição, os traços da sua historicidade, tomou-se como núcleo inicial o livro conforme foi publicado em 1974, respeitando assim a forte identidade de um texto que, com esse nome, se tornou um marco da bibliografia lourenciana. O critério primacial que presidiu à integração e à ordenação dos textos no III volume das *Obras Completas de Eduardo Lourenço* foi, nesse sentido, antes de tudo, o de procurar uma adequação ao modo como foi concebida a edição de 1974.

A preparação desta edição resultou de uma colaboração estreita com o autor, que, em várias sessões de trabalho, se manifestou sobre o plano apresentado, à medida que este ia sendo redefinido. Deve registar-se ainda a colaboração de Eduardo Lourenço na leitura de passos de manuscritos que pediam decifração e no fecho de

alguns textos inéditos que se encontravam inacabados. A título de exemplo, refira-se o caso do ensaio “A Grande Melodia Atonal de Casais Monteiro”; por não ter atingido, na época, o desenvolvimento pretendido para este texto sobre o poeta, com quem dialogou e que muito admirou, Eduardo Lourenço acabou por não o incluir no livro de 1974, como inicialmente projectara. Outro exemplo é o ensaio “A Situação Existencial do Poeta”, uma síntese preparada para a presente edição, a partir de dois textos inacabados existentes no espólio, um deles com o mesmo nome (“A Situação Existencial do Poeta”) e outro com um título similar (“A Situação do Poeta”).

Reproduz-se aqui integralmente o livro de 1974, que constitui a primeira parte desta edição. Acrescentaram-se textos entretanto publicados desde a saída desse livro até à presente data, com afinidades relativamente aos ensaios ali incluídos, e que se encontravam dispersos em jornais, em revistas, em prefácios a obras de poesia ou incluídos em volumes colectivos. Esta edição inclui ainda vários textos inéditos, muitos deles coetâneos dos que foram compilados no referido volume de 1974. Para além dos textos editados dispersos (não coligidos por Eduardo Lourenço em livro) e dos textos inéditos (em geral manuscritos, mas também dactiloscritos), excepcionalmente, por uma razão de coerência interna, e de acordo com o autor, procedeu-se à deslocação para o presente volume de dois textos publicados noutros livros. Refiro-me aos ensaios “Para Um Conceito Actual de Modernidade. Sentido e Não Sentido do Moderno” (*Ocasionais I*) e “Situação de Régio” (*O Canto do Signo*).

A edição conjunta de dispersos e inéditos mostra filões muito interessantes do ponto de vista dos eixos de coerência no ensaísmo de Eduardo Lourenço. Encontramos recorrências, prolongamentos, retomas, diversos tipos de diálogo, sob a forma de complemento, de desenvolvimento, ou de comentário. Como exemplo desses diálogos e retomas, refira-se o inédito “A Hora da Condição Angélica” ou o magnífico ensaio “Os Dois Cesários”.

Se na organização do presente volume se replicou, de alguma forma, a ordenação dos textos proposta na edição de 1974, tomou-se ainda como referência a posterior organização de um volume similar, *O Canto do Signo*, que reuniu ensaios sobre crítica e sobre ficção portuguesa.

Assim, os textos dispersos e inéditos foram aqui agrupados em três partes, chamemos-lhes “painéis” (para usar o termo de Eduardo Lourenço sobre a agrupação dos ensaios na edição de 1974). No primeiro painel, que recebeu o nome “Da Poesia”, reuniram-se os textos de reflexão sobre poesia ou sobre o poético, em sentido lato; noutro, com o nome “Dos Poetas”, foram agrupadas as leituras sobre poéticas individualizadas. Por fim, à semelhança do critério seguido por Eduardo Lourenço em *O Canto do Signo*, uma terceira secção, a que se chamou “Sentido e Forma da Moderna Poesia Portuguesa”, congloba textos mais abrangentes (contextualizadores, periodológicos, etc.). Desta forma, interligam-se as secções do livro de 1974 com as correspondentes partes da presente edição: “Poética Mítica” à “Da Poesia”; “A Imagem no Tapete” à “Dos Poetas” e “Sentido e Forma da Moderna Poesia Portuguesa”.

Ainda que em algumas secções se agrupem maioritariamente textos dispersos (veja-se a secção sobre poetas, por exemplo), e noutras textos inéditos (na secção sobre poesia e sobre o poético prevalecem os textos inéditos fragmentários), procurou-se não separar, nem arrumar em casas distintas textos dispersos de um lado e textos inéditos do outro. Procurou-se também conjugar critérios temáticos com critérios de ordenação cronológica, em concreto nas secções III (“Dos Poetas”) e IV (“Sentido e Forma da Moderna Poesia Portuguesa”), obedecendo não à cronologia da escrita dos ensaios mas à dos poetas tratados.

Impuseram-se ainda princípios de ajustamento e propósitos de coerência complementadora, por similaridade com a edição organizada pelo autor em 1974. Destacam-se, nessa linha, a conformação de determinados *dossiers*, como é o caso do conjunto de textos sobre Miguel Torga, Eugénio de Andrade e António Ramos Rosa.

A disposição dialogal torna-se particularmente actuante em alguns casos, como por exemplo no *dossier* sobre a *Presença*. Tendo como ponto de partida o ensaio “*Presença* ou a Contra-Revolução do Modernismo Português?” tornou-se obrigatória a inclusão de textos que, posteriormente, revisitaram, prolongando ou comentando, o célebre texto de 1960, como de textos que anteriormente o prepararam. Neste sentido importa aqui assinalar a inclusão de um texto, de 1956, sobre a vertente crítica da *Presença* (“*Psicologismo e A-Historicismo de Presença*”), que, embora publicado originariamente, no quadro de uma lógica de continuidades, como segunda parte de um bloco intitulado “*Alguns Doutrinários e Críticos Literários depois de Moniz Barreto*”, tem um funcionamento autónomo e torna-se imprescindível para um completo entendimento de um dos núcleos centrais de *Tempo e Poesia*. Refira-se a propósito que, embora o texto tenha sido publicado geminadamente no jornal, ele nasce de uma intencionalidade do autor; é Eduardo Lourenço que propõe a Costa Barreto a escrita de um ensaio sobre os críticos da *Presença*, assim como de outro, que acabou por não ter concretização, sobre os críticos do neo-realismo (cf. carta de Costa Barreto, 27 de Janeiro de 1956, Espólio de Eduardo Lourenço, BNP).

Existem outras situações de ensaios cuja inclusão foi solicitada pelo impulso dialogal. É o caso de “*Literatura e Escândalo Literário*”, aqui incluído pela relação estabelecida com textos como “*Sentido e Não-Sentido do Moderno*” ou com os ensaios à volta de *Orpheu*.

Outros critérios foram tidos em conta, no caso dos *dossiers* sobre um dado escritor. Quando se trata de um autor com uma vasta obra, passível de catalogação em diversos géneros, e quando tal distinção é fácil de determinar, decidiu-se incluir apenas ensaios sobre a obra poética ou então os textos mais amplificadores, deixando para outros volumes das obras completas, por exemplo, os ensaios que se debruçam sobre a ficção ou o teatro.

Além dos ensaios mais ou menos longos sobre poetas contemporâneos, existem textos mais concisos, de uma admirável beleza, escritos por Eduardo Lourenço muitas vezes em homenagens, na morte de poetas próximos, ou então testemunhos de evoca-

ção celebrativa. Não foram incluídos os que apresentavam apenas quadros de recorte biográfico mais restritivo, tendo-se apenas optado pela inclusão daqueles que mais amplamente lançavam luz sobre o percurso ou sobre a poética dos autores em questão. É o caso de alguns dos testemunhos sobre Torga, aqui inseridos, que condensam ou completam aspectos apresentados em textos mais extensos. No que diz respeito a estes textos breves tomem-se como exemplo dois depoimentos sobre o poeta Al Berto, “Remember”, tocante retrato, que é o próprio retrato da poesia e “Al Berto Todo Um Poeta”, em que o ensaísta fala dos “poemas onde se retratou de corpo inteiro. Referida a Al Berto, a cansada imagem não é uma metáfora”. A evocação da figura revela uma leitura intensa do universo poético do autor. É interessante verificar a existência de um título próximo deste para um depoimento sobre Ramos Rosa, a sublinhar a unidade poesia/poeta. Entramos na poesia pela leitura do testemunho sobre a figura em que a poesia se cola à vida. Outro exemplo que paradigmaticamente pode ser destacado é o pequeno texto “Alberto de Lacerda: Uma Poética do Exílio Redimido”. Numa página testemunhal, apresenta uma extraordinária síntese da poética de Lacerda. Ou ainda o depoimento escrito na ocasião da morte de Eugénio de Andrade. Palavras tocantes que são o magnífico retrato da sua poesia: “Adeus a Eugénio”. O mesmo se pode dizer de outros breves depoimentos sobre o mesmo poeta: “Silêncio para Eugénio” e “Coração do Sol”. O sujeito enunciador inscreve-se no testemunho para se apagar e dizer o que fica dos retratos do poeta evocado – o nome que coincide com a poesia: “Para os amigos que lhe compõem este último retrato, Eugénio, é, para além do poeta de exigência rara, de gosto nunca em falta, a Poesia mesma. Não teve outra musa que a antimusa por excelência que a Poesia é. Como raros entre os seus pares, Eugénio sacrificou tudo a essa esfinge solar, interrogou-a sem cansaço, interrogando nela os êxtases da vida, o mistério branco da realidade, e acima de tudo, a palavra que celebrando esses êxtases e esse mistério se esconde de si mesma” (“Coração do Sol”).

Refira-se ainda uma situação relativa a textos que pareciam não encaixar neste volume, mas que, por iluminarem de tal forma a obra poética de determinados autores, foram incluídos nas secções sobre esses poetas. É o caso dos textos sobre o ensaísmo de Almada Negreiros e de Vasco Graça Moura. O que vem permanentemente ao de cima no ensaio sobre Graça Moura é a manifestação dessa coabitação entre o estudioso de poesia e o autor de poesia. Na leitura de Eduardo Lourenço sobre Almada também fica muito claro que é o poeta e é a poesia que estão dentro do Almada ensaísta: “Nesta luz é um pouco ocioso saber se Almada foi ou não um autêntico *ensaísta*. A questão, no fundo, não interessa. Ele foi, em todos os sentidos do termo, um *poeta*, um artista, um criador. Como Pessoa, cada um de nós tem sobradas razões para lhe agradecer ter existido”.

Outro caso que importa ser relevado, como exemplo, no que diz respeito aos critério de inclusão é o do texto “David Mourão-Ferreira. A Voz. As Vozes” (sobre as traduções de poesia feitas pelo autor). Mais uma vez o que está em causa é o fenómeno da impregnação patente nas traduções recriadas por poetas, aquilo a que Eduardo

Lourenço chama aqui “trans-substanciação’ de culturas e almas alheias”. De certo modo, estamos diante de um procedimento próximo daquele que o ensaísta defende para a leitura que ele próprio faz dos poemas dos outros. Nessa perspectiva, também podemos falar do Eduardo Lourenço “tradutor” que nos ajudou a tornar mais habitável o mundo dito pelos poetas, revelando-nos também ele o milagre da poesia “na sua voz e na dos outros a quem emprestou a sua”.

De acordo com a indicação do autor, no presente volume mantiveram-se em francês os textos escritos nesta língua e que não foram traduzidos para serem divulgados em edições portuguesas. Em alguns destes textos existem diferenças claras do ponto de vista da escrita; um exemplo óbvio é o dos verbetes de dicionário em francês, neste caso, com registo discursivo claramente diferenciado.

Uma questão de grande relevância patente em muitos inéditos (especialmente nos manuscritos) diz respeito ao carácter fragmentário de grande parte destes textos. O que pode parecer oficina reflecte uma forma intrinsecamente idiolectal no ensaísmo do autor. Refiram-se dois ou três exemplos. No interior do texto “Capitalismo e Realidade Poética” aponta-se para um desenvolvimento que não chega a acontecer. No penúltimo parágrafo, lemos: “da maneira que mais adiante analisaremos”. O leitor facilmente sustenta a possibilidade de leitura como fragmento autonomizado em diálogo com os ensaios primigénios. Este pequeno texto manuscrito aponta para direcções que o ensaísta perseguiu como a questão do real e do poético ou a questão do poético e do social. Outro exemplo: o texto “Enquanto não Soube o Seu Nome” (fragmento que no manuscrito recebe o título “A Poesia de *Orpheu* ou a Porta Aberta”, mas que, em virtude da sua incompletude, passou a ser designado pelo seu *incipit*) apresenta uma reflexão sobre um tema recorrente no pensamento de Eduardo Lourenço – o dizer absoluto da poesia, a perscrutação do poema. Esta página belíssima sublinha ainda outro traço forte que é a dimensão literária do texto lourenciano. O fragmentarismo destes textos, a sua escrita, o seu estilo aproximam-nos das páginas de “Diário” do autor. E se estes textos fragmentários convocam dialogalmente outros lugares, que nos conduzem a uma perspectiva unificadora, essa convocação não anula a sua esplendente insularidade plena de significações.

A respeito do fragmentarismo como traço constitutivo da obra de Eduardo Lourenço, atente-se ainda nas intervenções orais do autor, na medida em que podemos encontrar zonas de confluência entre elas e a sua escrita. O que está em causa é a incorporação do fragmentário e o modo como o fragmento devém fluxo, texto continuado. Um pensamento que corre na discreta forma das suas falas ou nos breves comentários quase sussurrados, mas tão vastamente sintetizadores ou pontualmente amplificadores. O sussurro como a letra miúda da escrita. O que flui: jogos do pensamento, argumentações, pressupostos, conjecturas, fios soltos de falas dispersivas. Admirável natureza digressiva que não pára, como texto que não estanca. Puro fascínio o que aparece no contínuo oralizado: a própria energia da escrita. E a todo o momento as inflexões da torrente mansa nos trazem de novo ao silêncio das palavras

medidas. É espantosa a analogia desse estar antes e depois do silêncio com o que o próprio vê na poesia: “Em si, a poesia não é silêncio, mas o que a precede e vem depois” (“Como Falar sobre Poesia?”).

No presente volume encontramos exemplos que ilustram essa fronteira. Veja-se o fragmento “Uma Ruptura Radical com a Discursividade...”. Resultante de uma questão levantada em entrevista (*Diário de Notícias*, 1971) sobre o discursivismo e o antidiscursivismo na poesia portuguesa moderna e contemporânea, a resposta apresenta uma forte unidade e, dada a sua extensão, adquire o estatuto autónomo, o que levou a que a resposta aqui fosse editada.

Outros exemplos que devem ser destacados dizem respeito a uma série de intervenções orais que se transformaram em textos. Este tipo de intervenção oral que devém texto ganhou uma notória expressão nos últimos anos. Em alguns casos, os próprios ensaios dão conta, no seu interior, do contexto para que foram produzidos. Veja-se o caso de “*Orpheu e Presença*”, resultante de uma conferência pronunciada na Universidade Nova de Lisboa (a convite de Zília de Castro Osório) ou de “Senhora do Silêncio ou a Poesia do Imemorial”, versão escrita editada a partir de intervenção oral no *Colóquio Fiama Hasse Pais Brandão*, realizado na Casa Fernando Pessoa, em 2010.

Há um procedimento recorrente numa determinada fase da escrita de Eduardo Lourenço. O ensaísta faz várias cópias manuscritas de um dado texto, como explica numa das cartas a Adolfo Casais Monteiro publicadas em anexo (“Simplesmente, eu não tenho máquina e de cada vez sou obrigado a copiar tudo à mão e nunca da mesma maneira, o que implica tempo e às vezes mesmo remediação de tal ou tal passagem”, Montpellier, 20 de Dezembro de 1960). É este procedimento que, muitas vezes, comanda o acrescento de ideias e a reescrita formal dos textos.

Um dos casos que a este propósito merece a nossa atenção é o do ensaio que dá o nome ao livro que aqui se edita: “Tempo e Poesia”. Encontram-se no acervo de Eduardo Lourenço várias versões manuscritas deste texto pelo punho do autor. Existe ainda uma cópia feita por um dos seus irmãos mais novos, José Lourenço de Faria. A indicação da autoria da cópia aparece inscrita, com letra e cor de tinta diferentes, na primeira folha do manuscrito: “Cópia do Zézinho”. Na última sessão de trabalho para a preparação do presente volume, Eduardo Lourenço ficou comovido ao reencontrar esta cópia do seu ensaio feita pelo irmão e manifestou o desejo de que fosse a primeira página desta versão manuscrita a figurar em *fac-simile* à entrada do livro. Esta cópia corresponde à versão publicada no livro.

Registem-se três versões do ensaio feitas por Eduardo Lourenço com diferenças estilísticas entre si. Um dos manuscritos comporta emendas que deixam entrever o caminho que conduziu à versão final. As outras duas cópias apresentam versões limpas, sem cortes nem acrescentos. Vejamos, a título de exemplo, o início de uma destas versões em confronto com a versão coligida no livro:

Versão manuscrita:

“O paradoxo do Instante não é que ele acabe quando surge. Este é o ‘instante’ que nós talhamos por abstracção na peça, imaginada substancial, do Tempo. O paradoxo do Instante é antes o de nunca ter principiado e de não poder chegar. A um tal monstro nunca ninguém viu a cabeça nem a cauda.”

Texto publicado:

“O paradoxo do Instante não é o de acabar quando surge. Esse dever o impomos nós ao ‘banal instante’, talhado na peça imaginariamente substancial do Tempo. O paradoxo do Instante é o de nunca ter principiado e não poder ter fim. Ninguém verá a cabeça nem a cauda de tal monstro”.

Não sendo esta uma edição crítica ou genética, importa ainda assim chamar a atenção para o facto de existir um particular cuidado da parte do autor com os aspectos formais da sua escrita, o que a dimensão fragmentária acima assinalada podia não deixar entrever. Este exemplo aqui apresentado é muito significativo relativamente às transformações que alguns textos acolhem, alterações que dão conta de uma busca incessante e que nos conduzem a um território muito próximo da criação.

Por todo o apoio recebido ao longo do processo de organização deste volume, queria endereçar uma palavra de gratidão a Eduardo Lourenço, Manuel Carmelo Rosa, João Nuno Moraes Alçada, João Tiago Pedroso de Lima, Teresa Filipe, Frederico Lourenço e Rita Patrício.

CARLOS MENDES DE SOUSA